

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ALESSANDRO COELHO HEREDIO

**UMA ABORDAGEM DA CONTABILIDADE PÚBLICA A RESPEITO DA
PERCEPÇÃO E PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA DA FACE NA
GESTÃO FISCAL**

**DOURADOS/MS
2016**

ALESSANDRO COELHO HEREDIO

**UMA ABORDAGEM DA CONTABILIDADE PÚBLICA A RESPEITO DA
PERCEPÇÃO E PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA DA FACE NA
GESTÃO FISCAL**

Trabalho de Graduação apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador:

Prof. *Me* Juarez Marques Alves

Banca Examinadora:

Prof(a). *Me* Maria Aparecida Farias

Nogueira de Souza

Prof. *Me* Rafael Martins Noriller

DOURADOS/MS
2016

**UMA ABORDAGEM DA CONTABILIDADE PÚBLICA A RESPEITO DA
PERCEPÇÃO E PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA DA FACE NA
GESTÃO FISCAL**

ALESSANDRO COELHO HEREDIO

Esta monografia foi julgada adequada para aprovação na atividade acadêmica específica de Trabalho de Graduação II, que faz parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Apresentado à Banca Examinadora integrada pelos professores:

Prof. *Me* JUAREZ MARQUES ALVES
Presidente

Prof(a). *Me* MARIA APARECIDA FARIAS NOGUEIRA DE SOUZA
Avaliador(a)

Prof. *Me* RAFAEL MARTINS NORILLER
Avaliador(a)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus familiares que muito me incentivaram e souberam como lidar com a minha ausência em diversos momentos, e em especial ao meu irmão que por conta do destino deixou nosso convívio precocemente, entretanto, em apenas doze anos de vida muito contribuiu para formação do meu caráter e personalidade, se foi, mas ficará eternamente em meu coração.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter concedido mais essa vitória em minha vida;

Agradeço também a minha família (pai, mãe, esposa, filho e irmão) que sempre tiveram o dom da paciência nos momentos de ausência e a austeridade de uma pilastra na qual pude ter o privilégio de me apoiar nos momentos de turbulência;

Fica aqui registrado o imenso carinho e gratidão que tenho pelos docentes que acompanharam e transmitiram o conhecimento de maneira a conduzir-me até este ponto, que não é final, mas sim o ponto inicial de uma nova jornada;

Não poderia eu deixar de agradecer a oportunidade que a Universidade Federal da Grande Dourados através da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia fornecera-me nesses pouco mais de cinco anos de convivência;

É com grande satisfação que expresso minha gratidão aos colegas da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia (professores, técnicos e alunos) que além de me acompanharem durante a caminhada acadêmica, também tiveram uma participação especial nessa reta final, colaborando com a pesquisa de campo deste Trabalho de Conclusão de Curso;

Por último, e não menos importante, faço um agradecimento em especial ao professor Me. Juarez Marques Alves que laureou o final dessa jornada sendo o orientador na construção deste trabalho.

Sonhar não é somente imaginar, mas trilhar um caminho construindo e realizando suas imaginações baseado nos seus ideais.

RESUMO

A proposta desse trabalho é analisar se a comunidade universitária dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia da UFGD demonstram conhecimento acerca da gestão pública de modo a estarem inseridos no processo participativo da aplicação dos recursos públicos. Assim, buscou-se verificar se existe acessibilidade, interesse, percepção e participação desta comunidade acadêmica no tocante à temática da Gestão Pública Municipal através das legislações, principalmente, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) juntamente com a Lei da Transparência (LT). Haja vista que as contas públicas através destas leis seriam um livro aberto para sociedade, de forma a nortear as atitudes políticas a realizarem sempre ações baseadas em honestidade, legalidade, honradez e em prol da coletividade em detrimento ao individual. Entretanto, para se alcançar o objetivo do trabalho abordou-se primeiramente alguns conceitos básicos de Contabilidade Pública, alguns pontos essenciais da LC nº 101/00 e LC nº 131/09. A metodologia utilizada é baseada numa pesquisa descritiva pelo método dedutivo, utilizou-se também de uma das técnicas de amostragem, amostragem estratificada, para selecionar a amostra dentre a população em estudo. Obteve-se de resultado que os grupos possuem acessibilidade; quanto ao interesse pode-se dizer que em alguns fatores há e em outros não; já a participação constatou-se um percentual mínimo de indivíduos que participam; e a percepção quanto a existência da legislação é razoável, enquanto que a percepção do conteúdo da mesma é deficiente.

Palavras-chave: Percepção; Participação; Comunidade Acadêmica; Transparência.

ABSTRACT

The purpose of this study is to analyze whether the university community of the Administration courses, Accounting and Economics of UFGD demonstrate knowledge of public administration so as to be inserted in the participatory process of the application of public resources. Thus, we sought to determine whether there is accessibility, interest, awareness and participation in the academic community regarding the issue of Public Management Municipal through legislation, mainly, the Fiscal Responsibility Law (FRL) with the Transparency Law (LT). Considering that the public accounts through these laws would be an open book to society, in order to guide the political attitudes to always perform actions based on honesty, legality, honesty and in favor of the collective over the individual. However, to achieve the objective of this study primarily addressed up some basic concepts of Public Accounts, some essential points of LC No. 101/00 and No. 131/09 LC. The methodology is based on a descriptive research by the deductive method also used up one of sampling techniques stratified sampling to select the sample from the study population. Obtained result that the groups have access; as to the interest it can be said that there are factors in some and not in others; already found participation to a minimum percentage of individuals participating; and the perception of the presence of law is reasonable while the perception of the content thereof is deficient.

Keywords: Perception; Participation; Academic community; Transparency.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - PERCENTUAL DA AMOSTRA EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO.....	35
GRÁFICO 2 - COMPARATIVO DE GÊNERO	36
GRÁFICO 3 - COMPARATIVO DE FAIXA ETÁRIA	37
GRÁFICO 4 - Perspectiva Acessibilidade – Grupos de Professores e Técnicos.....	38
GRÁFICO 5 - Perspectiva Acessibilidade – Grupo de Alunos do 6º Semestre.....	39
GRÁFICO 6 - Perspectiva Acessibilidade – Grupo de Alunos do 8º Semestre.....	39
GRÁFICO 7 - Perspectiva Interesse – Percentual dos grupos que assistem TV NBR, TV Senado e TV Câmara.....	40
GRÁFICO 8 - Perspectiva Interesse – Percentual de interesse quanto a existência de representação de bairro	42
GRÁFICO 9 - Perspectiva Interesse – Percentual de interesse dos professores e técnicos ...	43
GRÁFICO 10 - Perspectiva Interesse – Percentual de interesse dos alunos do 6º semestre ..	44
GRÁFICO 11 - Perspectiva Interesse – Percentual de interesse dos alunos do 8º semestre ..	44
GRÁFICO 12 - Perspectiva Participação – Percentual de participação em audiência pública sobre LDO ou LOA	45
GRÁFICO 13 - Perspectiva Participação – Percentual de participação em alguma instituição de representatividade de bairro.....	47
GRÁFICO 14 - Perspectiva Percepção – Percentual de percepção de professores e técnicos em relação às legislações envolvida na gestão fiscal	48
GRÁFICO 15 - Perspectiva Percepção – Percentual de percepção dos alunos do 6º semestre em relação às legislações envolvida na gestão fiscal	49
GRÁFICO 16 - Perspectiva Percepção – Percentual de percepção dos alunos do 8º semestre em relação às legislações envolvida na gestão fiscal	51
GRÁFICO 17 - Perspectiva Percepção – Percentual de percepção sobre o conteúdo da Lei 4.320/64	54
GRÁFICO 18 - Perspectiva Percepção – Percentual de percepção sobre o conteúdo do PPA	55
GRÁFICO 19 - Perspectiva Percepção – Percentual de percepção sobre o conteúdo da LDO	56
GRÁFICO 20 - Perspectiva Percepção – Percentual de percepção sobre o conteúdo da LOA	57

GRÁFICO 21 - Perspectiva Percepção – Percentual de percepção sobre o conteúdo da LC 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).....	58
GRÁFICO 22 - Perspectiva Percepção – Percentual de percepção sobre o conteúdo da LC 131/09 (Lei da Transparência).....	59
GRÁFICO 23 - Perspectiva Percepção – Percentual de percepção sobre o conteúdo da Lei 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação)	60

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - POPULAÇÃO EM ESTUDO.....	33
TABELA 2 - AMOSTRA ANALISADA	33
TABELA 3 - População, amostra e percentual da amostra em relação a população.....	35
TABELA 4 - Segregação dos gêneros por grupo	36
TABELA 5 - Segregação da faixa etária por grupo.....	37
TABELA 6 - Disponibilidade de acesso dos professores e técnicos	38
TABELA 7 - Disponibilidade de acesso dos alunos.....	39
TABELA 8 - Frequência com a qual os grupos assistem TV NBR/SENADO/CÂMARA	40
TABELA 9 - Verificação da existência de representatividade de bairro.....	41
TABELA 10 - Percentual de interesse em audiência pública, demonstrações das contas públicas e aplicações dos impostos por parte dos professores e técnicos.....	42
TABELA 11 - Percentual de interesse em audiência pública, demonstrações das contas públicas e aplicações dos impostos por parte dos alunos	43
TABELA 12 - Frequência de participação em Audiência Pública relativa a LDO e LOA	45
TABELA 13 - Percentual de indivíduos que participam de algum tipo de representação de bairro	46
TABELA 14 - Percentual de conhecimento sobre a existência da legislação do grupo de professores e técnicos	48
TABELA 15 - Percentual de conhecimento sobre a existência da legislação do grupo de alunos	50
TABELA 16 - Percentual do nível de conhecimento dos grupos sobre o conteúdo das leis, questões de Nº 12, 14 e 16	52
TABELA 17 - Percentual do nível de conhecimento dos grupos sobre o conteúdo das leis, questões de Nº 18, 20 e 22	55
TABELA 18 - Percentual do nível de conhecimento dos grupos sobre o conteúdo das leis, questão de Nº 24	60

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

UFGD	-	Universidade Federal da Grande Dourados
CPD	-	Centro Pedagógico de Dourados
CEUD	-	Centro Universitário de Dourados
UFMS	-	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
ENADE	-	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
DCS	-	Departamento de Ciências Sociais
FACE	-	Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia
LC	-	Lei Complementar
TCE	-	Tribunal de Contas do Estado
CF	-	Constituição Federal
PPA	-	Plano Plurianual
LDO	-	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	-	Lei do Orçamento Anual
LRF	-	Lei de Responsabilidade Fiscal
QNT	-	Quantidade
ADM	-	Administração
CONT	-	Contabilidade
C CONT	-	Ciências Contábeis
ECON	-	Economia
PROF	-	Professor
AL	-	Aluno
SEM	-	Semestre
AUD	-	Audiência
PUB	-	Pública
M, E ou F	-	Municipal, Estadual ou Federal
DISPO	-	Disponibilizado
DEMONST	-	Demonstrações
TV NBR	-	TV Nacional do Brasil

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
1.1 PROBLEMA	15
1.2 OBJETIVO GERAL	15
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	15
1.4 HIPÓTESE	16
1.5 JUSTIFICATIVA	16
2. REVISÃO DA LITERATURA	16
2.1 SERVIÇO PÚBLICO	17
2.2 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	18
2.3 CONTABILIDADE PÚBLICA	20
2.3.1 Regimes contábeis	20
2.3.2 Regime de caixa	20
2.3.3 Regime de competência	21
2.3.4 Regime contábil adotado no brasil	21
2.4 ORÇAMENTO PÚBLICO	22
2.4.1 Plano plurianual	22
2.4.2 Lei de diretrizes orçamentárias	22
2.4.3 Lei de orçamentos anuais	22
2.5 RECEITA PÚBLICA	23
2.6 DESPESA PÚBLICA	23
2.7 ENFOQUE EM TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL	23
2.7.1 Lei de responsabilidade fiscal	24
2.7.2 Lei da transparência	25
3. METODOLOGIA	28
3.1 TIPO DE PESQUISA	28
3.1.1 Pesquisa quantitativa	29
3.1.2 Pesquisa qualitativa	29
3.1.3 Pesquisa exploratória	29
3.1.4 Pesquisa explicativa	30
3.1.5 Pesquisa descritiva	30
3.2 MÉTODO DEDUTIVO E INDUTIVO	30
3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA	31
3.5 TABULAÇÃO DOS DADOS	34
4. TABULAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	35
4.1 PERSPECTIVA ACESSIBILIDADE	38
4.2 PERSPECTIVA INTERESSE	40
4.3 PERSPECTIVA PARTICIPAÇÃO	45
4.4 PERSPECTIVA PERCEPÇÃO	47
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
6. REFERÊNCIAS	64

1. INTRODUÇÃO

Nota-se hoje em dia um momento de crise no cenário nacional, quando é oportuno olhar a situação econômica e política do país. De acordo com o publicado na página virtual do *site* da Rede Globo, as Contas do Governo referente ao ano de 2014 foram rejeitadas pelo Tribunal de Contas da União.

O acontecimento mencionado acima leva ao questionamento do que ocorreu ou o que vem ocorrendo com a administração pública, tendo em vista que, em princípio, existe um grande aparato legal para fornecer o subsídio necessário ao chefe do Poder Executivo, bem como aos demais órgãos da Federação no tocante à Gestão Pública.

Administração Pública é a gestão das coisas públicas, ou seja, a forma com a qual o agente público trabalha por intermédio dos órgãos do Estado em prol da coletividade. Conforme dito por Meirelles (1998) “Administração Pública é todo o aparelhamento do Estado, preordenado à realização de seus serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas”.

Toda atividade financeira da Administração Pública é registrada pela contabilidade pública que realiza a escrituração dos atos e fatos contábeis relacionados aos bens, direitos, benefícios econômicos presentes e futuros, as obrigações que são ou afetam o Patrimônio da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A contabilidade pública vem sendo realizada no país desde a época do Brasil colônia, ou seja, início do século XIX, com a finalidade de auxiliar e dar subsídio a administração pública através da transparência e legitimidade de seus demonstrativos, propiciando aos administradores das coisas públicas tomarem as decisões que melhor atendam a sociedade. (REIS e SILVA, 2007. p. 2).

Corroborando o parágrafo anterior é trazido um trecho da carta do Príncipe Regente Dom João VI, (REIS e SILVA, 2007. p. 2).

Para o método de Escrituração e fórmulas de Contabilidade de minha real fazenda não fique arbitrário a maneira de pensar de cada um dos contadores gerais, que sou servido criarem para o referido Erário: - ordeno que a escrituração seja mercantil por partidas, por ser a única seguida pelas nações mais civilizadas, assim pela sua brevidade, para o manejo de grandes somas como por ser mais clara e a que menos lugar dá a erros e subterfúgios, onde se esconde a malícia e a fraude dos prevaricadores.

Entretanto, com o passar dos anos a confiança nos gestores públicos vem decaindo diariamente devido ao alto nível de corrupção apresentado no país. Analisa-se mais adiante as

questões envolvidas neste contexto, que devem ou deveriam ser os meios legais de solução para minimizar ou ainda melhor extirpar este mal denominado corrupção, da sociedade brasileira.

Pautado nesse contexto, a pesquisa se desenvolve em uma Faculdade de uma Instituição de Ensino Superior, a qual está possibilitando a produção do presente trabalho de graduação.

1.1 PROBLEMA

A Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE/UFGD é responsável pelo desenvolvimento intelectual e comprometida com a questão de formação dos futuros profissionais e cidadãos, principalmente da cidade de Dourados e municípios adjacentes. Isso que permite à comunidade acadêmica inteirar-se das questões sócio econômicas do Município, Estado e do País, levando-os a se interessarem na participação do processo de planejamento, execução, aplicação dos recursos públicos e avaliação administrativa permanente, e nesse sentido, formula-se a seguinte questão:

A comunidade universitária dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia da UFGD demonstram conhecimento acerca da gestão pública de modo a estarem inseridos no processo participativo da aplicação dos recursos públicos?

1.2 OBJETIVO GERAL

Analisar a percepção conceitual e o interesse participativo dos alunos dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia, professores e técnicos da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados a respeito da Contabilidade Pública com foco na Gestão Fiscal.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Discutir os conceitos finalísticos da administração pública e contabilidade pública;
- ✓ Efetuar uma análise bibliográfica de livros, teses, dissertações e monografias;
- ✓ Apresentar os principais pontos abordados na Lei de Responsabilidade Fiscal LC 101/00 e na Lei da Transparência LC 131/09;
- ✓ Analisar o interesse de participação dos professores, técnicos e alunos na fiscalização do gasto público;

1.4 HIPÓTESE

Partirá da hipótese de que há desconhecimento da acessibilidade propriamente dita, pois grande parte da sociedade acadêmica não conhece os locais de divulgação, não tem acesso ou até mesmo, há um desinteresse por parte dela em abordar tal assunto e verificar onde está sendo empregado o dinheiro dos impostos que ela paga.

1.5 JUSTIFICATIVA

A corrupção na política brasileira está em evidência há algum tempo em nossa sociedade e medidas são tomadas para que esse mal não venha prevalecer sobre ela, seguindo este caminho tem-se legislações específicas que auxiliam tanto ao servidor público quanto ao cidadão no que se refere à prestação de contas. Entretanto, o que se nota nos dias de hoje é que, aparentemente, há falhas neste processo devido à falta de informação, à falta de iniciativa por parte dos Órgãos Públicos em melhorar a utilização dos meios de comunicação e à falta de interesse por parte dos cidadãos. Portanto, desperta o interesse em desenvolver um trabalho abordando quatro perspectivas: acessibilidade, interesse, participação e percepção da comunidade acadêmica da FACE que venha a fornecer uma base de dados que afirme ou rejeite a hipótese proposta a fim de evidenciar ou não a utilidade da legislação para uma participação efetiva na gestão pública. Segundo Salomão Ribas Júnior, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), apud Platt Neto (2007) a melhor maneira de tornar uma informação secreta é publicá-la no Diário Oficial. Essa postura ilustra a compreensão de que nem tudo que é público é acessível à população.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Busca-se com a revisão de literatura fomentar os procedimentos e as situações pertinentes relativa à Administração Pública, especificamente quanto à aplicação dos recursos públicos no atendimento dos serviços públicos colocados em prol da sociedade.

2.1 SERVIÇO PÚBLICO

Inicialmente conceitua-se de maneira sucinta que serviço público é toda a atividade de prestação de serviços bem como a aquisição de bens, exercida ou delegada pelo próprio Estado, a fim de proporcionar aos indivíduos que ocupam seu território o melhor ambiente possível para se viver em sociedade, ou seja, tudo em prol da coletividade. Conforme dito por Heilio Kohama (2014, p. 1) “Serviços Públicos, em sentido amplo, entendem-se todos aqueles prestados pelo Estado ou delegados por concessão ou permissão sob condições impostas e fixadas por ele, visando a satisfação de necessidades da comunidade”.

O serviço público pode ser dividido em dois aspectos: serviços públicos e serviços de utilidade pública. O primeiro está diretamente ligado ao Estado, pois é dever constitucional do ente federativo de prestá-lo devido tratar de matéria como segurança nacional, ordem financeira nacional, educação, saúde dentre outros; o serviço público também pode ser prestado por empresas privadas, desde que a atividade em pauta não seja vedada ao setor privado. (KOHAMA, 2014, p. 2-3).

Já os serviços de utilidade pública geralmente são prestados por outras entidades por se tratar de questões menos sensíveis à função do Estado. Entretanto, as prestações de serviço por terceiros são autorizadas mediante concessão ou permissão do Poder Público que irá impor normas para regular a atividade exercida com intuito de manter a qualidade do serviço prestado à coletividade.

Segundo o entendimento de Kohama (2014, p. 2-3) Serviço Público e Serviço de Utilidade Pública podem ser assim definidos:

Serviços públicos são os que a Administração presta diretamente à sociedade, por serem considerados próprios do Estado e, como tal, competir-lhe exclusiva e privativamente, em virtude do reconhecimento de sua característica de atendimento de necessidades coletiva e permanente que envolve sua prestação e que, por via de consequência, podem exigir medidas compulsórias em relação aos indivíduos, aliás medidas compulsórias impostas através de preceitos constitucionais e por isso mesmo incontestáveis. (grifo nosso)

Serviços de utilidade pública são os serviços públicos prestados por delegação do Poder Público, sob condições fixadas por ele, onde dado o princípio da boa-fé e lealdade para com os administrados, que se impõe em toda a atividade administrativa, ao prestador do serviço é vedado forjar ardis comumente urdidos na vida comercial ordinária, para obter vantagens ou lucros em detrimento da coletividade, ainda quando dentro das possibilidades legais, pois a razão e o sentido do serviço público é o proveito dos beneficiários e não o benefício do prestador. (grifo nosso)

2.2 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Conceito de administração pública segundo Araújo (2009, p. 9.): “a administração pública é o conjunto coordenado de funções que visam à boa gestão da coisa pública, de modo a possibilitar que os interesses da sociedade sejam alcançados”. A partir dessa descrição é deduzido que administração pública advém de um sistema de processos que visam a partir dos trabalhos de seus agentes administrativos, bem conduzir os Órgãos da União de forma a propiciar o melhor no tocante às necessidades básicas que o Estado tem por obrigação fornecer à coletividade em detrimento ao individual. Para fins deste trabalho é considerado União como toda área territorial que compõem os Estados, Distrito Federal e Municípios, sem muito se aprofundar nas questões pertinentes a cada um devido à extensa gama de informações que se fariam necessárias e fugiria do assunto em si.

Vê-se que a administração pública engloba União, Estados e Municípios, sendo estes investidos de uma infraestrutura formada de recursos humanos, materiais e tecnológicos. Tem-se assim o responsável por gerenciar os negócios do Estado e os interesses coletivos da sociedade ao qual chamamos de administrador público, pessoa habilitada a exercer o cargo público efetivamente ou temporariamente.

Para tanto a administração pública se estrutura em: **administração direta e administração indireta.**

Administração direta é aquela realizada pelos três poderes, Legislativo, Executivo e Judiciário, sendo que estes não são detentores de personalidade jurídica própria, patrimônio e nem autonomia administrativa; segundo Araújo e Arruda (2009, p.8):

Compreende a estrutura administrativa dos três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário), Ministério Público e Defensoria Pública e suas subdivisões (tais como estrutura administrativa dos poderes, Ministério Público, Defensoria pública, ministérios, secretarias estaduais e/ou municipais com seus respectivos departamentos e seções). É um conjunto de unidades organizacionais que integram diretamente a estrutura administrativa de cada esfera de governo.

Administração indireta é aquela em que o governo autoriza a outras entidades jurídicas prestar os serviços necessários à sociedade, por exemplo, transporte público, fornecimento de água, energia e outros. Estas entidades são denominadas autarquias, fundações, sociedades de economia mista, empresas públicas e outras entidades privadas, possuem personalidade jurídica, patrimônio e autonomia administrativa; segundo Araújo e Arruda (2009, p. 8):

“Constitui-se de entidades públicas dotadas de personalidade jurídica própria, que se encontram vinculadas aos Poderes por meio de determinação em Lei”.

O quadro a seguir aborda algumas definições de autores renomados, com a finalidade de melhor entender os conceitos das entidades da administração indireta.

Quadro 1: Entidades da administração indireta

AUTARQUIAS	Serviço autônomo instituído por lei, com personalidade administrativa de direito público interno, possuidor de orçamento próprio e autonomia financeira, sem subordinação hierárquica, além de patrimônio e receitas próprias, capazes de executar as atividades típicas da Administração Pública, ou seja, possuidor de atribuições estatais específicas, que requeiram, para seu melhor funcionamento, uma gestão administrativa e financeira descentralizada. (ANDRADEb, 2010, p. 16).
ENTIDADES PARAESTATAIS	Segundo Meirelles (1998): são pessoas jurídicas de direito público, cuja criação é autorizada por lei específica (CF, art. 37, XIX e XX), com patrimônio público ou misto, para realização de atividades, obras ou serviços de interesse coletivo, sob normas e controle do estado.
EMPRESAS PÚBLICAS	Entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivamente governamental, criação autorizada por lei, para exploração de atividade econômica ou industrial, que o governo seja levado a exercer por força de contingência ou conveniência administrativa. (KOHAMA, 2014, p.19).
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	A sociedade de economia mista é um ente dotado de personalidade jurídica de direito privado, criado por lei para o exercício de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações, que permitem direito a voto, pertencem em sua maioria ao Estado. (ARAÚJO E ARRUDA, 2009, p. 10).
FUNDAÇÕES	As fundações instituídas pelo poder público são dotadas de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio, criação autorizada por lei, escritura pública e estatuto registrado e inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, com a personificação de bens públicos, sob o amparo e controle permanente do Estado. (KOHAMA, 2014, p.20).

Fonte: Elaborado pelo autor, com base na pesquisa bibliográfica.

Os Órgãos nominados anteriormente registram os fatos ocorridos em seu patrimônio seguindo a Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, que para as Sociedades de Economia Mista, Entidades Paraestatais e Empresas Públicas realiza-se pela Lei

6.404/76 e a União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Autarquias seguem a Contabilidade regida pela Lei 4.320/64, ou seja, a Contabilidade Pública.

2.3 CONTABILIDADE PÚBLICA

Sabendo que contabilidade nada mais é do que uma forma de organizar, interpretar, registrar, controlar, orientar, demonstrar os atos e fatos contábeis do patrimônio relacionando ativos e passivos de quaisquer entidades julgadas necessárias. E por poder assim dizer, que a contabilidade pública é descrita da mesma forma, sendo que, agora falando em termos sociais, ou seja, é a interpretação, registro, controle, e o mais importante demonstração dos atos e fatos contábeis realizados pelos administradores públicos envolvendo o patrimônio da sociedade.

Araújo e Arruda (2009, p. 18):

É o ramo voltado para o registro, o controle e a demonstração dos fatos mensuráveis em moeda que afetam o patrimônio da União, dos Estados e dos Municípios e suas respectivas autarquias e fundações, ou seja, as entidades de direito público interno.

Para melhor compreensão da contabilidade é lógico que necessite de um conhecimento teórico dos princípios fundamentais de contabilidade, contudo, o objetivo do trabalho aqui proposto permite uma sucinta identificação nominal dos mesmos sem influenciar na interpretação do assunto principal. Então, os princípios citados são: princípio da entidade, princípio da continuidade, princípio da oportunidade, princípio da competência e princípio da prudência.

2.3.1 Regimes contábeis

Regime contábil é uma expressão utilizada para consolidar alguns “Princípios e Convenções Contábeis Geralmente Aceitos”, no tocante às premissas básicas adotadas no momento da escrituração contábil, a fim de resguardar a transcrição da realidade do fato contábil. (ANDRADEb, 2010, p. 7).

2.3.2 Regime de caixa

É aquele em que a receita é reconhecida no período em que é arrecadada e a despesa paga nesse mesmo período. Portanto, regime de caixa é o que compreende, exclusivamente,

todos os recebimentos e pagamentos efetuados no exercício, mesmo aqueles relativos a períodos contábeis anteriores. (KOHAMA, 2014, p. 36).

De acordo com Silva (2004, p. 290) “o regime de caixa pode contribuir para distorcer o resultado financeiro e econômico, além de omitir do legislativo as reais necessidades de recursos para cobertura dessas obrigações, que somente ficam evidenciadas de modo claro no regime de competência”.

2.3.3 Regime de competência

Regime contábil que se destaca com as movimentações orçamentárias pertencentes a fatos geradores efetivamente realizados dentro de um exercício, com o reconhecimento e apropriação nesse exercício, repercutindo financeiramente no exercício seguinte. (ANDRADEb, 2010, p. 8).

Segundo Silva (2004, p. 291) “no regime de competência, as receitas e despesas são registradas segundo o período em que foram ganhas ou incorridas, mesmo quando ainda não recebidas ou pagas”.

2.3.4 Regime contábil adotado no Brasil

Conforme é dito por Kohama (2014, p. 36) “regime de caixa é aquele em que, como norma geral, a receita é reconhecida no período em que é arrecadada e a despesa paga nesse mesmo período”. Regime de competência “define-se como aquele em que as receitas e as despesas são atribuídas ao exercício de acordo com a real incidência, isto é, de acordo com a data do fato gerador, e não quando são recebidas ou pagas em dinheiro”. (KOHAMA, 2014, p. 36)

No Brasil é adotado um regime **misto** sob o enfoque orçamentário, e um regime de **competência** quando se trata de enfoque patrimonial. Logo, faz-se necessário um entendimento básico sobre orçamento, dessa maneira será apresentado a seguir alguns conceitos sintetizados de Orçamento Público, Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei do Orçamento Anual (LOA).

2.4 ORÇAMENTO PÚBLICO

Demonstra-se um instrumento de planejamento que espelha as decisões políticas, estabelecendo as ações prioritárias para o atendimento das demandas da sociedade, em face da escassez de recursos. Apresenta várias funções de planejamento, contábil, financeira e de controle. As despesas, para serem realizadas, têm que estar autorizadas na lei orçamentária anual.

O tipo de orçamento utilizado no Brasil é o orçamento-programa que segundo Nascimento (2010, p. 96).

O orçamento-programa é aquele que apresenta os propósitos, objetivos e metas para as quais a administração solicita os fundos necessários, identifica os custos dos programas propostos para alcançar tais objetivos e os dados quantitativos que medem as realizações e os trabalhos realizados dentro de cada programa.

2.4.1 Plano plurianual

Segundo Kohama (2008, p. 35) “é um plano de médio prazo, através do qual procura-se ordenar as ações do governo que levam ao atingimento dos objetivos e metas fixados para um período de quatro anos, ao nível de governo federal, e também de quatro anos ao nível dos governos estaduais e municipais”.

2.4.2 Lei de diretrizes orçamentárias

São as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. (BRASIL, CF. 1988).

2.4.3 Lei de orçamentos anuais

Compreende nas programações das ações a serem executadas, visando alcançar os objetivos determinados.

Conforme é dito na Constituição Federal (BRASIL, 1988).

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

2.5 RECEITA PÚBLICA

Considera-se toda arrecadação de numerários ou bens que se atribui valores por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Araújo e Arruda (2009, p. 82) definem que “A receita pública pode ser definida como os recursos auferidos na gestão que serão computados na apuração do resultado financeiro e econômico do exercício e desdobrados nas categorias econômicas correntes e de capital”.

2.6 DESPESA PÚBLICA

São os sacrifícios dos recursos de forma a manter o funcionamento e as funções da administração pública, ou seja, são os gastos com pessoal, material e serviços terceirizados pelo Poder Público. De acordo com Araújo e Arruda (2009, p. 100):

A despesa pública pode ser definida como sendo o gasto ou compromisso de gasto dos recursos governamentais, devidamente autorizados pelo poder competente, com o objetivo de atender às necessidades de interesse do coletivo previstas na Lei do Orçamento, elaborada em conformidade com o plano plurianual de investimentos, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com a LRF.

2.7 ENFOQUE EM TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL

Reitera-se agora os conhecimentos básicos das duas principais leis que vieram a auxiliar a contabilidade pública impondo regras imprescindíveis para uma melhor administração pública, objetivando e maximizando a legislação inerente à contabilização dos atos e fatos do poder público para com o patrimônio da sociedade.

2.7.1 Lei de responsabilidade fiscal

Tal lei passou a vigorar a partir de 04 de maio de 2000, e tem por objetivo aprimorar a gestão pública regulando as receitas e despesas de maneira a equilibrá-las, além de evitar riscos e desvios que venham a desequilibrar tais contas, utiliza-se também a divulgação dos demonstrativos agindo com transparência.

Conforme é dito no artigo 1 da Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000.

A lei tem como objetivo principal, o aprimoramento da responsabilidade na gestão fiscal dos recursos públicos, por meio de ação planejada e transparente que possibilite a prevenção de riscos e a correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

Será abordado no quadro a seguir de forma sucinta os quatro pilares base da LRF, os quais norteiam os objetivos intermediários desta lei. São eles: planejamento governamental, equilíbrio fiscal, endividamento público e, por fim, transparência da gestão fiscal por evidenciar em que condições a administração pública se encontra.

Quadro 2: Os quatro pilares base da LRF

Planejamento governamental	Baseia-se em definir planos com objetivos a serem alcançados futuramente, portanto, consideramos as medidas de planejamento do orçamento público com receita e despesa a serem realizadas seguindo os planos previamente definidos para alcançar o equilíbrio de ambas.
Equilíbrio fiscal	Com a efetiva previsão da arrecadação dos tributos de cada ente da Federação (União, Estados, DF e Municípios), e realizando a contenção de gastos de maneira a inibir a geração de despesas, atentar para os limites das despesas com pessoal e estabelecer regras para despesas com setor privado conseguir-se-á atingir o equilíbrio fiscal.
Endividamento público	Este é um fato do qual é de extrema necessidade que se faça um controle rigoroso para que não prejudique o bom andamento dos demais pilares da LRF.
Transparência da gestão fiscal	O espelho da gestão pública à sociedade, este é o responsável por deixar aberto ao público às medidas e os planos da administração pública pelo principal meio de comunicação global, que são os meios eletrônicos, demonstrando e incentivando a participação da sociedade e a realização das audiências públicas em todos os processos e planos do gerenciamento dos recursos públicos.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base na pesquisa bibliográfica.

Segundo Araújo e Arruda (2009, p. 34):

Controlar o endividamento público com o estabelecimento de regras para recondução aos limites para dívida pública, regras para a contratação de operações de créditos e concessões de garantias e contra garantias, e vedação de se contratarem obrigações sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para supri-las.

Conforme matéria divulgada no *site Transparency International*: Índice de Percepção da Corrupção 2012 publicado em 5 de dezembro de 2012:

Nós sabemos que a corrupção é um problema em todo o mundo. Mas como é que é ruim e o que pode ser feito? O Índice de Percepção da Corrupção mede os níveis percebidos de corrupção no setor público nos países em todo o mundo. Com base na opinião de especialistas, os países são pontuados de 0 (muito corrupto) a 100 (muito limpos). Alguns países marcam bem, mas não há um país que marca 100, perfeito. Dois terços dos 176 países classificados na pontuação do índice de 2012 ficaram abaixo de 50, mostrando que as instituições públicas precisam ser mais transparentes e funcionários poderosos mais responsáveis.

De acordo com o quadro formulado pelos autores do artigo publicado na revista *Contabilidade Vista e Revista* (2007); são apresentados os referidos meios de divulgação das contas públicas:

Quadro 3: Lista de meios para geração de publicidade

Classificação	Listagem de Meios
Meios impressos	Jornais, revistas, <i>outdoors</i> , cartazes, murais, folhetos, cartilhas e Diário Oficial.
Via Internet	Página do município, Links e banners em páginas de interesse social do município, e-mails para cidadãos que se cadastrarem e formação de grupos de discussão.
Meios Presenciais	Reuniões comunitárias e audiências públicas.
Televisão e Rádio	Horário eleitoral, publicidade e pronunciamentos oficiais.
Meios Inovadores	Painéis eletrônicos na rua e em prédios públicos, cartilhas de cidadania nas escolas (em todos os níveis de ensino).

Fonte: Orion Augusto Platt Neto. et al. *Contab. Vista & Rev.*, v. 18, n. 1, p. 75-94, jan./ mar. 2007

2.7.2 Lei da transparência

A Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009 veio para acrescentar, ou seja, aperfeiçoar a Lei de Responsabilidade Fiscal, principalmente, no tocante ao tempo que se demorava para disponibilizar a informação ao cidadão. Logo, chega-se ao entendimento que para tal procedimento a lentidão ocasionava a obsolescência da informação de maneira que a transparência se tornava intempestiva. Introduziu-se a aceitação de sistemas integrados de

Administração financeira e Controle, reiterou-se o incentivo à participação popular e à denúncia de atos contrários aos prescritos na referida lei. Tratou-se também, de determinar os prazos para implementar e fazer valer as mudanças bem como das questões de referenciar as sanções previstas para as práticas errôneas e o descumprimento dos prazos.

Assim, o Art. 1º, O art. 48 da Lei Complementar nº101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 48...

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.”

Araújo e Arruda (2009, p. 35), dizem que “a contabilidade pública é um dos principais instrumentos para que se consiga a transparência das informações [...]” Transparência é uma palavra simples e de fácil entendimento, porém o peso desta palavra quando relacionada a Administração Pública é uma carga de alta periculosidade, pois estamos ali deparados com diversas informações relativas ao emprego do dinheiro público, onde qualquer erro ou desvio de conduta pode gerar um enorme prejuízo à sociedade, por isso, é de fundamental importância que seja dada uma atenção especial a este assunto.

Segundo Labelle (2012):

A presidenta da Transparency Internacional, Huguette Labelle, defendeu a integração de ações governamentais em busca do combate à corrupção além da concessão de mais espaço para a sociedade participar dos debates. Segundo ela, é fundamental estabelecer regras para o lobby e o financiamento para campanhas políticas, além da definição de normas transparentes para a contratação de serviços públicos.

O diretor da Transparência Internacional, Corbus de Swardt, disse que as principais economias do mundo devem dar exemplo de lisura, verificando a atuação das instituições públicas e cobrando responsabilidade dos gestores e líderes. “Isso é crucial. As instituições têm um papel significativo na prevenção da corrupção”, disse ele.

De acordo com os dizeres do art. 48 da LC 101/00, os instrumentos de transparência da gestão fiscal são: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias, as prestações de contas e o respectivo parecer prévio, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal.

Estes documentos são de ampla divulgação nos meios eletrônicos de livre acesso ao público, portanto, visa a transparência das atividades governamentais. O incentivo à participação popular também é resguardado através da redação dada pelo parágrafo único desse artigo na Lei 131/09, além de determinar a liberação em tempo real do acesso à informação quanto à despesa e à receita pública.

O art. 2º da lei complementar 131/09 acrescentou também, à LC 101/00, os arts. 48-A, 73-A, 73-B e 73-C. Para tanto, busca-se dar o entendimento à cada um destes. Portanto, é trazido no art. 48-A que os entes da federação deverão disponibilizar o acesso à informação pormenorizada quanto à despesa bem como à receita pública.

Passando ao art. 73-A é exposto que, qualquer cidadão seja ele por associação, sindicato ou partido político é competente para denunciar aos órgãos de fiscalização qualquer ato que descumpra as prescrições da LC 101/00 ou LC 131/09.

Já o art. 73-B estabelece os prazos de cumprimento da determinação legal (LC 131/09) no tocante à disponibilização da informação em tempo real e quanto à utilização dos sistemas integrados de administração financeira e controle. Finalizando, o art. 73-C prevê que o não atendimento dos prazos pré-estabelecidos no artigo anterior sujeitar-se-á o ente da federação às sanções previstas no art. 23 desta mesma lei.

Baseado no que é trazido pela lei da transparência, e a fim de exemplificar de forma elucidativa o que foi sintetizado nos três parágrafos anteriores, mostra-se os municípios que serão afetados de acordo com o prazo determinado pela lei, conforme o quadro 4 a seguir.

QUADRO 4: Quantidade de municípios por região do país incluídos na faixa de habitantes que deveriam cumprir os prazos determinado pelo art. 73-B da LC 131/09.

1 (um) ano para União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 habitantes		2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 e 100.000 habitantes		4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 habitantes	
REGIÃO	QNT	REGIÃO	QNT	REGIÃO	QNT
Norte	21	Norte	32	Norte	396
Nordeste	55	Nordeste	110	Nordeste	1.628
Sudeste	136	Sudeste	98	Sudeste	1.434
Sul	46	Sul	57	Sul	1.085
Centro-oeste	14	Centro-oeste	19	Centro-oeste	432
Brasil	272	Brasil	316	Brasil	4.975

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados coletados da página do IBGE na web.

3. METODOLOGIA

A terminologia leva a entender o processo pelo qual se passa para atingir um objetivo ou um resultado oriundo de uma pesquisa. Dessa forma nota-se que a metodologia deixa exposto a maneira sistematizada de como será elaborado e conduzido o desenvolvimento da pesquisa de maneira a chegar num resultado, o qual poderá ser testado, ou seja, a reprodução do mesmo utilizando-se do mesmo processo ou método e sendo executado por outros pesquisadores deverá se aproximar dos resultados alcançados nos trabalhos anteriores.

A pesquisa científica é a consequência de uma investigação planejada que orienta seu desenvolvimento com base nas normas da metodologia. Portanto, metodologia é considerada como uma forma de procurar um conhecimento de determinado assunto ou problema, de maneira coerente e buscando um bom resultado. Conforme foi dito por Pedro Demo (1985) “metodologia é o esforço de transmitir uma iniciação aos procedimentos lógicos do saber, geralmente voltados para a questão da causalidade, dos princípios formais da identidade, da dedução e da indução, da objetividade etc.”

Segundo Lakatos e Marconi “o método consiste em uma série de regras com a finalidade de resolver determinado problema ou explicar um fato por meio de hipóteses ou teorias que devem ser testadas experimentalmente e podem ser comprovadas ou refutadas”.

Segue conceitos a respeito do assunto pesquisa e método, bem como a metodologia utilizada neste trabalho.

3.1 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa pode ser considerada uma tarefa básica da ciência e possui algumas ramificações das quais serão tratadas aqui, somente, pesquisa quantitativa, pesquisa qualitativa, pesquisa exploratória, pesquisa explicativa e a pesquisa descritiva. Para Demo (1985) pesquisa é a atividade científica pela qual descobrimos a realidade.

O trabalho aqui evidenciado seguirá os passos de uma pesquisa exploratória no tocante à bibliografia, ou seja, será feito um estudo preliminar dos livros, teses, dissertações, artigos e outros materiais afins, que irão subsidiar o arcabouço do referencial teórico, inicialmente, mas as características predominantes do desenvolvimento deste trabalho demonstra que a denominação mais adequada é a pesquisa descritiva e quantitativa, haja vista que o assunto aqui abordado é susceptível a essa metodologia.

Quanto à obtenção dos dados ou informações será utilizado um questionário que estará orientado de maneira que possibilite levantar as informações necessárias para atender a quatro perspectivas: interesse, acessibilidade, percepção e participação. Sendo que estas, estarão dando o suporte para alcançar o objetivo proposto deste trabalho, conforme será averiguado na análise e discussões dos resultados.

3.1.1 Pesquisa quantitativa

Conhecida por transformar os dados coletados em números de forma que as análises e interpretações fiquem mais transparente aos olhos dos interessados, exige a utilização de técnicas estatísticas.

Segundo a descrição de (SILVA e MENEZES, 2005)

Pesquisa Quantitativa: considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (percentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, etc.).

3.1.2 Pesquisa qualitativa

É considerada uma pesquisa bem subjetiva, pois está diretamente ligada a interpretações dos dados coletados com subjetividade, ou seja, não é observado com rigor as variáveis ou a quantificação e sim a produção de um novo entendimento das relações sociais envolvidas no ambiente.

Baseado no pensamento de Flick e Cols. (2000) a pesquisa qualitativa é uma ciência baseada em textos, ou seja, a coleta de dados produz textos que nas diferentes técnicas analíticas são interpretados hermeneuticamente.

3.1.3 Pesquisa exploratória

Tende a trabalhar informações pouco conhecidas, ou seja, não possui muito material de pesquisa disponível haja vista a matéria ter sido pouco explorada, e exige do pesquisador um certo grau de intuição já que geralmente esse tipo de pesquisa segue uma visão de estudo de caso.

Conforme é citado por (GIL, 1991)

Pesquisa explicativa: visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão. Assume, em geral, as formas de Pesquisas Bibliográficas e Estudos de Caso.

3.1.4 Pesquisa explicativa

Considerada o tipo mais complexo devido ao fato de que contribui para determinar a ocorrência dos fenômenos físicos e naturais, além de aprofundar-se no conhecimento da realidade. De acordo com Gil (2008), a pesquisa explicativa tem como objetivo primordial identificar fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência de fenômenos.

3.1.5 Pesquisa descritiva

Esse tipo utiliza-se geralmente de questionário, pois facilita uma análise igualitária dos envolvidos e sua principal atuação é a observação do sistema com finalidade de buscar soluções baseadas nos dados coletados e sem influência do pesquisador.

O modelo de pesquisa aqui visto é o que melhor se enquadra no trabalho em discurso, portanto, servirá de base para o desenvolvimento do mesmo.

Do ponto de vista de (GIL, 1991):

Pesquisa Descritiva: visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de Levantamento.

3.2 MÉTODO DEDUTIVO E INDUTIVO

O método dedutivo é o que melhor atende as necessidades do presente trabalho tendo em vista que, tal método, segue o trilha das consequências a fim de chegar a verdade, melhor dizendo, ele parte de uma visão geral para uma visão particular gerando um resultado ou conclusão. A dedução tem por base uma verdade já conhecida por eventos anteriores ou intuição que se aplica no geral e dela pode atribuir aos casos particulares.

Conforme é expressado por (GIL, 1999; LAKATOS; MARCONI, 1993).

O raciocínio dedutivo tem o objetivo de explicar o conteúdo das premissas. Por intermédio de uma cadeia de raciocínio em ordem descendente, de análise do geral para o particular, chega a uma conclusão. Usa o silogismo, construção lógica para, a partir de duas premissas, retirar uma terceira logicamente decorrente das duas primeiras, denominada de conclusão.

O termo indução pode ser entendido como uma inversão da dedução, pois este, parte de casos particulares semelhantes para formular um conceito que se aplique no geral e a razão possibilita um conjunto de regras que norteiam a método indutivo.

Método proposto pelos empiristas Bacon, Hobbes, Locke e Hume. Considera que o conhecimento é fundamentado na experiência, não levando em conta princípios preestabelecidos. No raciocínio indutivo a generalização deriva de observações de casos da realidade concreta. As constatações particulares levam à elaboração de generalizações (GIL, 1999; LAKATOS; MARCONI, 1993).

3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população está compreendida no universo ou conjunto do todo daquilo que se é estudado independentemente do elemento em questão, como itens, objetos ou pessoas sob consideração. Quando a população estudada é considerada de grande vulto e o trabalho se torna dispendioso, utiliza-se a amostra que é uma parcela desse conjunto, ou seja, um subgrupo que permite baixar custos viabilizando o estudo e estabelecer predições para a população.

Para Downing e Clark (2011) “o termo população se refere a todos os indivíduos ou a todos os objetos do grupo em que estamos interessados. Uma amostra é um conjunto de elementos extraídos da população”.

A população do presente trabalho é composta por três grupos distintos (Professores, Técnicos e Alunos), os quais estão diretamente envolvidos com a construção do conhecimento na Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia (FACE), ou seja, a população será considerada todos os professores e professoras, técnicos e acadêmicos do 3º e 4º ano, mais especificamente os alunos do 6º e 8º semestre dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia.

Optou-se por trabalhar somente com esses cursos devido a relação direta deles com o tema gestão, quanto ao semestre dos alunos pesquisados buscou-se àqueles que já haviam cursado as disciplinas de orçamento e contabilidade pública. Não foi inserida outras faculdades da universidade devido ao fato que demandaria mais tempo de pesquisa e o prazo para entrega

não seria suficiente, mas é aconselhável que outras pesquisas abordem, principalmente, a faculdade de direito pelo fato das legislações envolvidas. Segue um breve histórico do sujeito da pesquisa.

A UFGD, situada na cidade de Dourados-MS, é fruto de um processo evolutivo de grandes conquistas desde 1971 como Centro Pedagógico de Dourados (CPD), passando a Centro Universitário de Dourados (CEUD) até então um campus da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS e culminando na atual UFGD em 2005, com o desmembramento do CEUD, *Campus* da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) em Dourados.

A Instituição aqui mencionada é relativamente nova se comparada com outras Instituições do País, assim como boa parte dos cursos oferecidos por ela, mas mesmo em sua juventude já evidencia seu potencial no cenário nacional com destaque, por exemplo, no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE 2012, quando os acadêmicos do curso de Ciências Contábeis alcançaram nota máxima no exame, fato este que demonstra a capacidade dos docentes e dos discentes, respectivamente formadores e formandos que permeiam a Instituição.

O curso de Ciências Contábeis foi implantado no ano de 1986 no Departamento de Ciências Sociais - DCS/CEUD/UFMS, sendo o pioneiro na região da grande dourados e formou sua primeira turma em 1990, e com a criação da UFGD em 2005 o curso foi lotado na Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia (FACE). A Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia foi instituída em 2006 e oferece atualmente o mestrado em Agronegócios e o Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede.

Na impossibilidade de se trabalhar com a população será adotada a amostra como elementos de estudo. Para tanto, a técnica de amostragem probabilística irá ajudar no processo através do método de amostragem estratificada, a qual fornecerá do espaço amostral a parcela de indivíduos de cada grupo específico que irá compor a amostra de pesquisa.

A população dos docentes efetivos é composta por 40 (quarenta) professores e professoras, sendo 14 (quatorze) do curso de Administração, 12 (doze) do curso de Ciências Contábeis e 14 (quatorze) do curso de Economia. Os técnicos formam uma população de 10 (dez) indivíduos.

O último grupo é formado pelo corpo de discente da FACE, do ano letivo de 2015, que está composto de 67 (sessenta e sete) alunos do curso de Administração, sendo 27 (vinte e sete) do 6º semestre e 40 (quarenta) do 8º semestre; 67 (sessenta e sete) alunos do curso de Ciências Contábeis, sendo 30 (trinta) do 6º semestre e 37 (trinta e sete) do 8º semestre; e 59 (cinquenta

e nove) alunos do curso de Economia, sendo 29 (vinte e nove) do 6º semestre e 30 (trinta) do 8º semestre.

Para melhor ilustrar a situação da população e amostra do presente trabalho foram elaboradas as tabelas e o gráfico abaixo representados.

TABELA 1 - POPULAÇÃO EM ESTUDO

CURSO	ADMINISTRAÇÃO	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	ECONOMIA	SERVIDOR ADM	TOTAL
PROFESSORES	14	12	14		40
ALUNOS 6º Sem	27	30	29		86
ALUNOS 8º Sem	40	37	30		107
TÉCNICOS				10	10

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados da secretaria de coordenação da FACE.

TABELA 2 - AMOSTRA ANALISADA

CURSO	ADMINISTRAÇÃO	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	ECONOMIA	SERVIDOR ADM	TOTAL
PROFESSORES	6	6	6		18
ALUNOS 6º Sem	17	17	17		51
ALUNOS 8º Sem	22	22	20		64
TÉCNICOS				7	7

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos questionários respondidos.

3.4 COLETA DE DADOS

Uma fase de grande importância para pesquisa científica, pois fornece uma parte relevante dos dados que serão analisados e irão fornecer subsídio para fundamentar os resultados alcançados pela pesquisa. A coleta de dados é determinada por procedimentos do tipo questionário, entrevista, grupo focal, observação direta, etc.

De acordo com Quivy e Campenhoudt (1992) o questionário pode ser assim definido: é um instrumento de observação não participante, baseado numa sequência de questões escritas, que são dirigidas a um conjunto de indivíduos, envolvendo as suas opiniões, representações, crenças e informações factuais, sobre eles próprios e o seu meio.

Segundo Gressler (2003), a entrevista consiste em uma conversação com o propósito de obter informações para uma investigação, envolvendo duas ou mais pessoas.

Conforme Oliveira e Freitas (1998, p.83) Grupo de foco é um tipo de entrevista em profundidade realizada em grupo, cujas reuniões apresentam características definidas quanto à proposta, tamanho, composição e procedimentos de condução. O foco ou o objetivo de análise é a interação dentro do grupo.

A coleta de dados ou informações a respeito do tema proposto será realizada mediante a aplicação de um questionário, o que reforça a presença predominante de uma pesquisa descritiva e quantitativa. Tal questionário, será distribuído de maneira aleatória e voluntária aos indivíduos da população ou amostra e os mesmos responderão sem interferência do pesquisador. As questões estarão relacionadas ao interesse e participação no assunto abordado no trabalho, nível de percepção sobre o assunto e o acesso as informações.

Adotou-se realizar três visitas por sala durante uma semana, verificando o dia em que havia mais alunos, de forma que na semana seguinte o questionário fosse aplicado no dia em que contemplasse o maior número de alunos possíveis. Quanto aos professores o obstáculo consistia em uma rotina diária corrida por parte desse grupo. Logo, a fim de contornar tal situação adotou-se o questionário on-line a fim de facilitar o processo de respostas nesse grupo específico. Já com os técnicos a aplicação transcorreu sem contratemplos.

O período de aplicação dos questionários impressos foi do dia 14 a 18 e 21 a 25 de março de 2016, enquanto que o questionário on-line (somente professores) ficou disponível do dia 21 a 30 de março de 2016.

3.5 TABULAÇÃO DOS DADOS

Após a coleta de dados através da aplicação de questionários nos três grupos de investigação, que estão envolvidos com a temática de desenvolvimento do conhecimento, e, de posse destes respondidos começa a fase de separação das opiniões, ou seja, separar os questionários dentro dos respectivos grupos.

Assim, poderá ter uma informação segregada ou por estratos, de forma que a análise fique mais concisa. Feito isso, vem a separação das questões relacionadas aos seus respectivos aspectos: participativo, perceptivo, acessível e de interesse.

E por fim, será utilizado planilhas eletrônicas a fim de transformar as informações em números e elaborar gráficos e tabelas que relacionem os dados coletados e as questões de maneira prática e elucidativa de modo que possa demonstrar os resultados da forma mais simples possível.

4. TABULAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

De posse dos questionários respondidos se inicia o processo de tabulação e análise, assim, apresenta-se três tabelas e três gráficos, os quais identificam o total da população, amostra e percentual da amostra em relação à população; o percentual de gênero e percentual de faixa etária dos indivíduos de cada grupo em estudo neste trabalho, conforme a tabela 3.

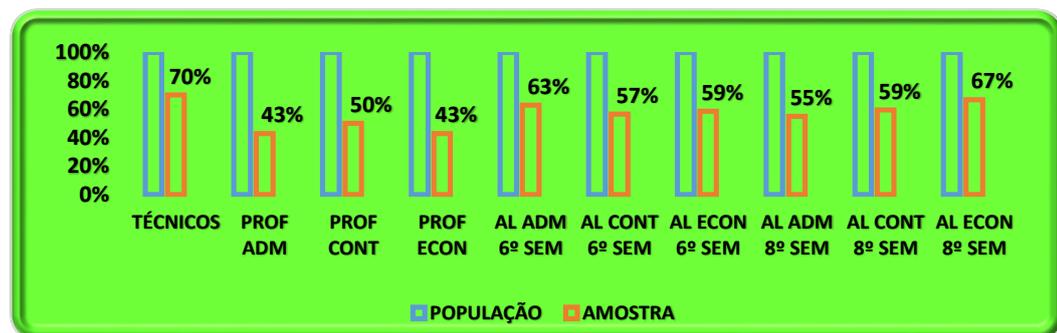
TABELA 3 - População, amostra e percentual da amostra em relação a população

GRUPOS E SUBGRUPOS	POPULAÇÃO	AMOSTRA	AMOSTRA EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO
TÉCNICOS	10	7	70%
PROF ADMINISTRAÇÃO	14	6	43%
PROF CONTABILIDADE	12	6	50%
PROF ECONOMIA	14	6	43%
AL ADM 6º SEM	27	17	63%
AL CONT 6º SEM	30	17	57%
AL ECON 6º SEM	29	17	59%
AL ADM 8º SEM	40	22	55%
AL CONT 8º SEM	37	22	59%
AL ECON 8º SEM	30	20	67%
MÉDIA PERCENTUAL DAS AMOSTRAS			57%

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos questionários respondidos.

Nota-se que o percentual alcançado ultrapassa 50% em ambos os grupos, exceto quanto aos professores de Administração e Economia, entretanto, o percentual da amostra ainda é bem expressivo com 43%, como ilustra o gráfico 1.

GRÁFICO 1 - PERCENTUAL DA AMOSTRA EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO



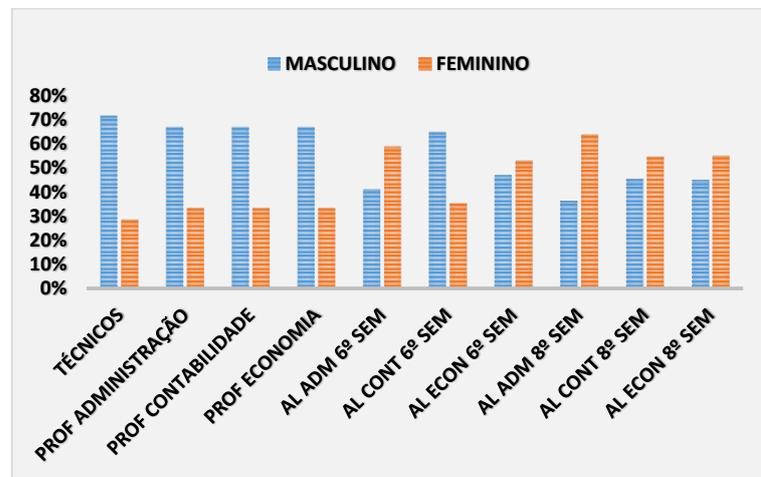
Fonte: elaborado pelo autor, com base nos questionários respondidos.

TABELA 4 - Segregação dos gêneros por grupo

GRUPO	GÊNERO		TOTAL
	MASCULINO	FEMININO	
TÉCNICOS	71%	29%	100%
PROF ADMINISTRAÇÃO	67%	33%	100%
PROF CONTABILIDADE	67%	33%	100%
PROF ECONOMIA	67%	33%	100%
AL ADM 6º SEM	41%	59%	100%
AL CONT 6º SEM	65%	35%	100%
AL ECON 6º SEM	47%	53%	100%
AL ADM 8º SEM	36%	64%	100%
AL CONT 8º SEM	45%	55%	100%
AL ECON 8º SEM	45%	55%	100%

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados coletados via questionário.

Primeiramente, é analisado como está dividido o gênero entre os grupos, nota-se uma supremacia do sexo masculino nos grupos dos professores de ambos os cursos (Adm, Cont e Econ) e no grupo dos técnicos. Conforme é percebido no gráfico 2.

GRÁFICO 2 - COMPARATIVO DE GÊNERO

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados coletados via questionário.

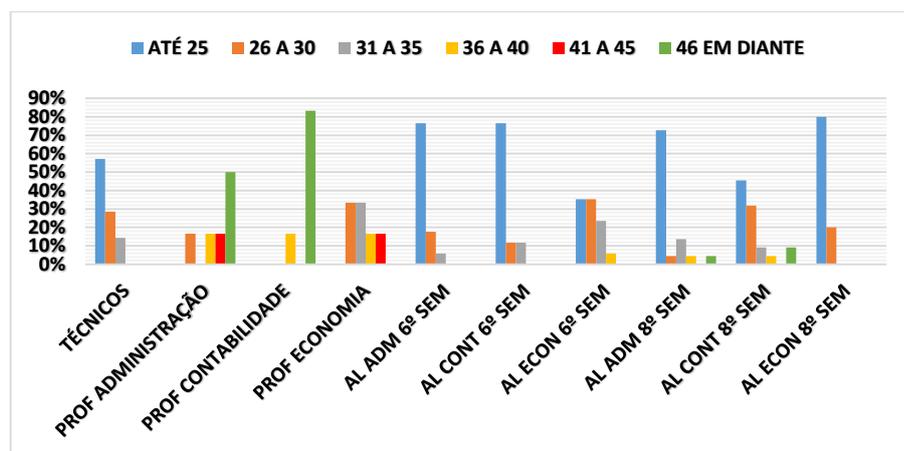
Já se tratando dos alunos o sexo feminino, com exceção dos alunos de contabilidade do 6º Semestre que possui 35% de mulheres contra 65% de homens, tem-se visto que quem se sobressai são as mulheres, conforme segue tabela 5.

TABELA 5 - Segregação da faixa etária por grupo

FAIXA ETÁRIA							
GRUPO	ATÉ 25	26 A 30	31 A 35	36 A 40	41 A 45	46 EM DIANTE	TOTAL
TÉCNICOS	57%	29%	14%	0%	0%	0%	100%
PROF ADMINISTRAÇÃO	0%	17%	0%	17%	17%	50%	100%
PROF CONTABILIDADE	0%	0%	0%	17%	0%	83%	100%
PROF ECONOMIA	0%	33%	33%	17%	17%	0%	100%
AL ADM 6º SEM	76%	18%	6%	0%	0%	0%	100%
AL CONT 6º SEM	76%	12%	12%	0%	0%	0%	100%
AL ECON 6º SEM	35%	35%	24%	6%	0%	0%	100%
AL ADM 8º SEM	73%	5%	14%	5%	0%	5%	100%
AL CONT 8º SEM	45%	32%	9%	5%	0%	9%	100%
AL ECON 8º SEM	80%	20%	0%	0%	0%	0%	100%

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados coletados via questionário.

Analisando a faixa etária entre os grupos, verifica-se que entre os técnicos e os alunos a faixa que recebe os indivíduos de até 25 anos é predominante, excetuando-se os alunos do 6º semestre de economia que há uma igualdade entre as faixas até 25 anos e de 26 a 30 anos de idade, ambos possuem 35% da amostra do referido grupo; e o grupo dos professores de administração e contabilidade mostra que em sua maioria sobressai os indivíduos de 45 anos em diante, enquanto que, os professores de economia têm 66% de sua amostra incluída nos intervalos 26 a 30 e 31 a 35 anos, sendo 33% para cada uma destas faixas, conforme gráfico 3.

GRÁFICO 3 - COMPARATIVO DE FAIXA ETÁRIA

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados coletados via questionário.

Dar-se-á início nesse momento à análise das quatro perspectivas (acessibilidade, interesse, percepção e participação) em estudo, as quais foram obtidas através das perguntas

instituídas no questionário que fora aplicado aos três grupos (técnicos, Professores e alunos) alvo, permitindo analisar e concluir sobre o objetivo do trabalho aqui discutido.

4.1 PERSPECTIVA ACESSIBILIDADE

Nos questionamentos referentes à **perspectiva acessibilidade** foram elaboradas 3 (três) questões, sendo que a primeira e a segunda questão levantaram a informação de que praticamente 100% dos grupos possuem acesso a computador e internet em suas residências; já na terceira questão, acesso à TV por assinatura, percebe-se no grupo dos professores de administração e economia um percentual médio de acesso acima de 90% e os professores de contabilidade alcançam 50%.

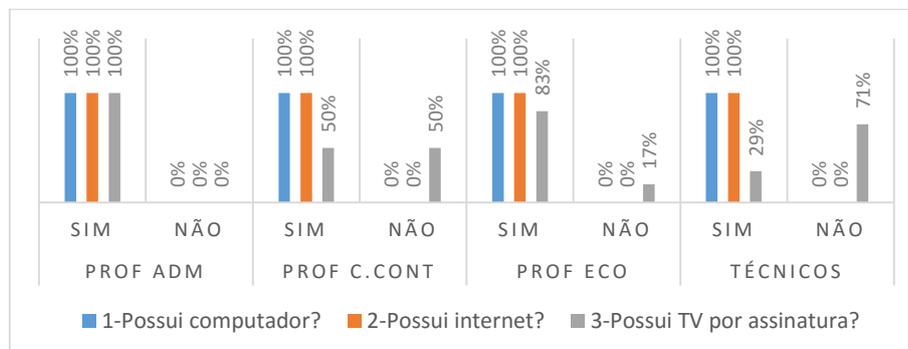
TABELA 6 - Disponibilidade de acesso dos professores e técnicos

ACESSIBILIDADE - GRUPO DOS PROFESSORES E TÉCNICOS								
QUESTÕES	PROF ADM		PROF CONT		PROF ECO		TÉCNICOS	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
1) Possui computador?	100%	0%	100%	0%	100%	0%	100%	0%
2) Possui internet?	100%	0%	100%	0%	100%	0%	100%	0%
3) Possui TV por assinatura?	100%	0%	50%	50%	83%	17%	29%	71%

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados coletados via questionário.

Os técnicos possuem apenas 29% de acesso por este meio de informação que aborda rotineiramente o assunto da temática de gestão do gasto público, essa análise pode ser observada nas tabelas 6 e 7 e nos gráficos 4, 5 e 6.

GRÁFICO 4 - Perspectiva Acessibilidade – Grupos de Professores e Técnicos



Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados coletados via questionário.

TABELA 7 - Disponibilidade de acesso dos alunos

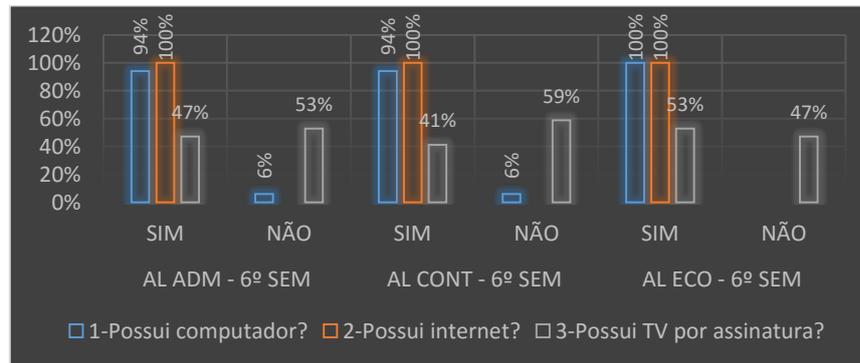
ACESSIBILIDADE - GRUPO DE ALUNOS DO 6º SEMESTRE						
QUESTÕES	AL ADM - 6º SEM		AL CONT - 6º SEM		AL ECON - 6º SEM	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
1) Possui computador?	94%	6%	94%	6%	100%	0%
2) Possui internet?	100%	0%	100%	0%	100%	0%
3) Possui TV por assinatura?	47%	53%	41%	59%	53%	47%

ACESSIBILIDADE - GRUPO DE ALUNOS DO 8º SEMESTRE						
QUESTÕES	AL ADM - 8º SEM		AL CONT - 8º SEM		AL ECON - 8º SEM	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
1) Possui computador?	100%	0%	91%	9%	100%	0%
2) Possui internet?	100%	0%	100%	0%	100%	0%
3) Possui TV por assinatura?	50%	50%	36%	64%	55%	45%

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados coletados via questionário.

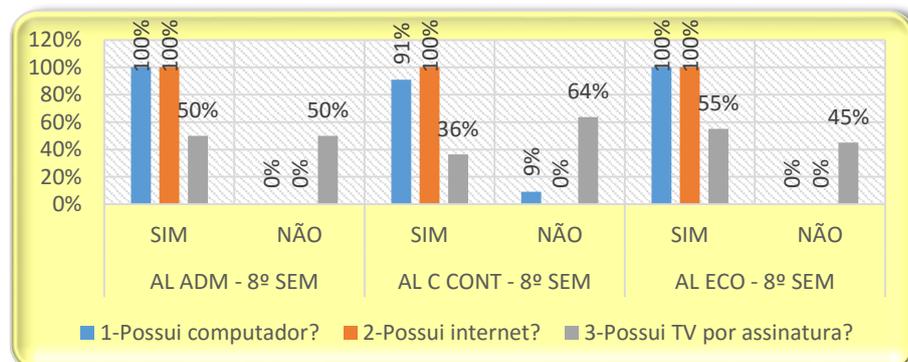
Seguindo com a análise observou-se que no grupo de alunos entre 6º e 8º semestre dos três cursos o percentual médio de acesso à TV por assinatura não ultrapassa a casa dos 48%. Confirma-se o que foi dito acima, com as informações nos gráficos 5 e 6.

GRÁFICO 5 - Perspectiva Acessibilidade – Grupo de Alunos do 6º Semestre



Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados coletados via questionário.

GRÁFICO 6 - Perspectiva Acessibilidade – Grupo de Alunos do 8º Semestre



Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados coletados via questionário.

4.2 PERSPECTIVA INTERESSE

As questões de número 4, 5, 7, 9 e 10 estão relacionadas a **perspectiva interesse** no assunto envolvido.

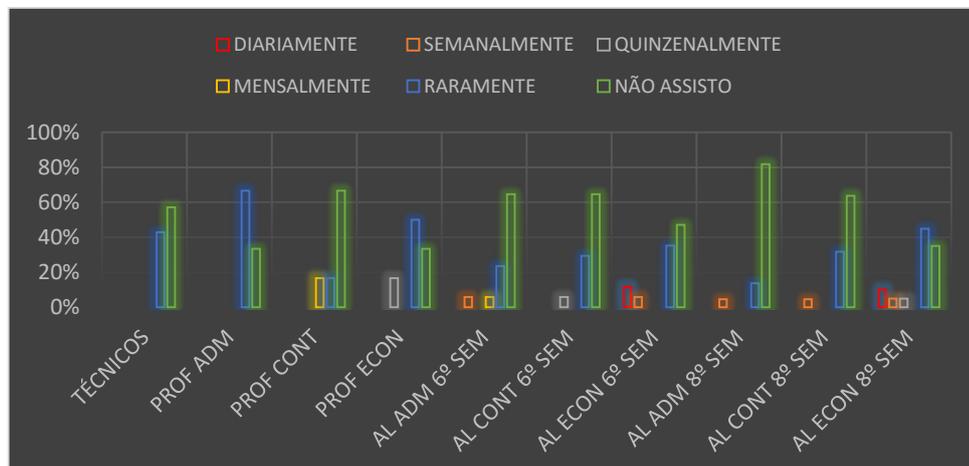
TABELA 8 - Frequência com a qual os grupos assistem TV NBR/SENADO/CÂMARA

Assiste TV NBR/Senado/Câmara? – (PERSPECTIVA DE INTERESSE)							
GRUPO	DIARIA MENTE	SEMANAL MENTE	QUINZENAL MENTE	MENSAL MENTE	RARAMENTE	NÃO ASSISTO	TOTAL
TÉCNICOS	0%	0%	0%	0%	43%	57%	100%
PROF ADM	0%	0%	0%	0%	67%	33%	100%
PROF CONT	0%	0%	0%	17%	17%	67%	100%
PROF ECON	0%	0%	17%	0%	50%	33%	100%
AL ADM 6º SEM	0%	6%	0%	6%	24%	65%	100%
AL CONT 6º SEM	0%	0%	6%	0%	29%	65%	100%
AL ECON 6º SEM	12%	6%	0%	0%	35%	47%	100%
AL ADM 8º SEM	0%	5%	0%	0%	14%	82%	100%
AL CONT 8º SEM	0%	5%	0%	0%	32%	64%	100%
AL ECON 8º SEM	10%	5%	5%	0%	45%	35%	100%

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados coletados via questionário.

Elas permitiram a obtenção dos seguintes resultados: a questão número quatro fornecia ao indivíduo a possibilidade de dizer com qual frequência (diariamente, semanalmente, quinzenalmente, mensalmente ou não assisto) ele assistia um dos canais (TV Senado/ TV Câmara/ TV NBR), e foi obtido que em média 54% dos indivíduos dos grupos não assistem e 35% assistem raramente e o restante, 11% ficou distribuído entre as outras opções. A tabela 8 e o gráfico 7 demonstram essa perspectiva de forma mais simplificada.

GRÁFICO 7 - Perspectiva Interesse – Percentual dos grupos que assistem TV NBR, TV Senado e TV Câmara



Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados coletados via questionário.

A sétima questão questiona se o respondente sabe sobre representações, conselhos ou algo afim que represente o bairro perante ao município no tocante as suas necessidades, podendo optar por tais respostas: há, não há ou não sei, conforme pode ser visto na tabela 9.

TABELA 9 - Verificação da existência de representatividade de bairro

[QUESTÃO 7] Há representatividade do bairro? – (PERSPECTIVA DE INTERESSE)				
GRUPO	HÁ	NÃO HÁ	NÃO SEI	TOTAL
TÉCNICOS	14%	29%	57%	100%
PROF ADMINISTRAÇÃO	33%	17%	50%	100%
PROF CONTABILIDADE	33%	17%	50%	100%
PROF ECONOMIA	0%	17%	83%	100%
AL ADM 6º SEM	29%	12%	59%	100%
AL CONT 6º SEM	29%	12%	59%	100%
AL ECON 6º SEM	41%	35%	24%	100%
AL ADM 8º SEM	23%	32%	45%	100%
AL CONT 8º SEM	50%	18%	32%	100%
AL ECON 8º SEM	35%	30%	35%	100%

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados coletados via questionário.

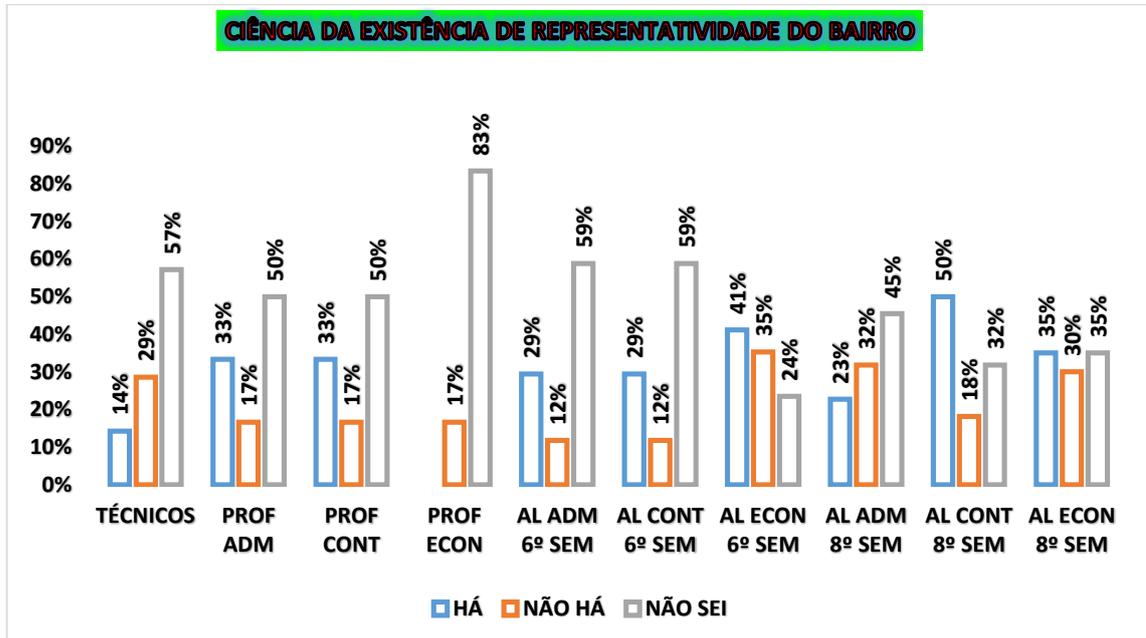
Verificado todos os grupos alcançou-se o resultado de que em média 50% dos indivíduos não sabem se no bairro onde residem existe uma associação de moradores, um representante de bairro, uma liderança de bairro ou aparelho organizacional similar, cuja função venha ao encontro de fiscalizar, auxiliar, solicitar, ou controlar a Gestão Fiscal do município.

Quanto ao fato de o bairro não possuir tal aparelho de representação coletou-se a informação de que em média 22% dos respondentes afirmaram essa condição de falta de representatividade do bairro.

Para fechar essa questão, 28% dos questionados, em média, informaram que há representatividade no bairro. Nota-se que a maioria desconhece a existência de alguém ou algum aparelho organizacional que exija uma efetiva atenção da Administração Pública aos bairros. Logo, verifica-se também, que há uma falta de interesse por parte dos participantes desta pesquisa quanto ao fato ou situação abordada pela pergunta.

O gráfico 8 a seguir deixa evidenciado aquilo que foi discutido acima, além de possibilitar uma melhor visualização dos casos de dispersão em relação ao valor percentual médio que foi apresentado.

GRÁFICO 8 - Perspectiva Interesse – Percentual de interesse quanto a existência de representação de bairro



Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados coletados via questionário.

No que confere à quinta questão, é abordado o assunto sobre onde ocorre ou ocorrem as audiências públicas relacionadas à matéria da Lei de Diretrizes Orçamentária ou Lei do Orçamento Anual. Sendo esta, bem direta, ou seja, o indivíduo respondia que sim ou não, e o resultado obtido foi que dentro dos grupos professores e técnicos obteve-se em média 56% de SIM, destacando os professores de contabilidade e administração com 67% e 80% respectivamente, conforme a tabela 10.

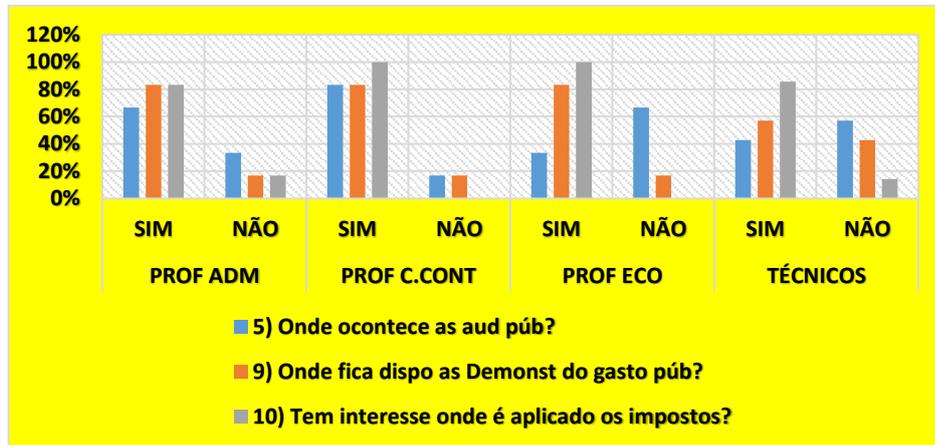
TABELA 10 - Percentual de interesse em audiência pública, demonstrações das contas públicas e aplicações dos impostos por parte dos professores e técnicos

GRUPO DOS PROFESSORES E TÉCNICOS - (PERSPECTIVA DE INTERESSE)								
QUESTÕES	PROF ADM		PROF CONT		PROF ECON		TÉCNICOS	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
5) Onde acontece as aud púb?	67%	33%	83%	17%	33%	67%	43%	57%
9) Onde fica dispo as Demonstrações do gasto púb?	83%	17%	83%	17%	83%	17%	57%	43%
10) Tem interesse onde é aplicado os impostos?	83%	17%	100%	0%	100%	0%	86%	14%

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados coletados via questionário.

Já os alunos do 6º semestre de ambos os cursos, tem uma média de 78% que NÃO sabem onde ocorrem as audiências públicas e uma média de 74% dos alunos do 8º semestre que também NÃO sabem.

GRÁFICO 9 - Perspectiva Interesse – Percentual de interesse dos professores e técnicos



Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados coletados via questionário.

Perguntado na nona questão, se é sabido onde fica disponibilizada as demonstrações dos gastos públicos, com a possibilidade de responder sim ou não, foi recebido que entre os professores 83% sabem e 17% não. De acordo com as informações dos técnicos 57% sabem e 43% não.

TABELA 11 - Percentual de interesse em audiência pública, demonstrações das contas públicas e aplicações dos impostos por parte dos alunos

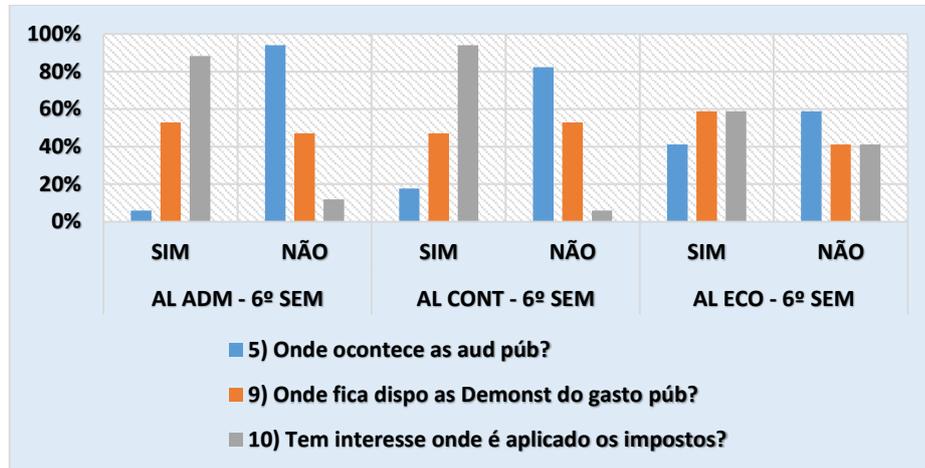
GRUPO DE ALUNOS DO 6º SEMESTRE - (PERSPECTIVA DE INTERESSE)						
QUESTÕES	AL ADM - 6º SEM		AL CONT - 6º SEM		AL ECON - 6º SEM	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
5) Onde acontece as aud púb?	6%	94%	18%	82%	41%	59%
9) Onde fica dispo as Demonstrações do gasto púb?	53%	47%	47%	53%	59%	41%
10) Tem interesse onde é aplicado os impostos?	88%	12%	94%	6%	59%	41%
GRUPO DE ALUNOS DO 8º SEMESTRE - (PERSPECTIVA DE INTERESSE)						
QUESTÕES	AL ADM - 8º SEM		AL CONT - 8º SEM		AL ECON - 8º SEM	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
5) Onde acontece as aud púb?	14%	86%	27%	73%	35%	65%
9) Onde fica dispo as Demonstrações do gasto púb?	36%	64%	73%	27%	65%	35%
10) Tem interesse onde é aplicado os impostos?	86%	14%	86%	14%	85%	15%

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados coletados via questionário.

Passando aos alunos do 6º semestre dos três cursos nota-se que em média 53% sabem onde localizar as demonstrações do gasto público, logo, 47% não sabem. Analisando os grupos do 8º semestre foi identificado que 73% e 65% dos alunos de contabilidade e economia,

respectivamente, sabem onde buscar tal informação. Enquanto que, apenas 36% dos alunos de administração têm o conhecimento de onde localizar as informações referente à pergunta.

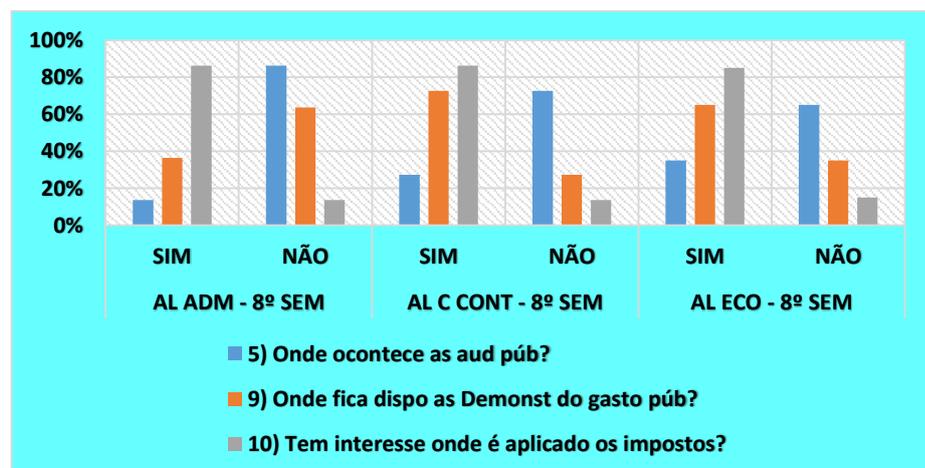
GRÁFICO 10 - Perspectiva Interesse – Percentual de interesse dos alunos do 6º semestre



Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados coletados via questionário.

Por último, nessa perspectiva, a décima questão aborda quanto ao interesse do cidadão em saber onde é aplicado os recursos dos impostos que são pagos, tendo como opção de resposta bem objetiva, sim ou não. Nesta ocasião obteve-se que em média 92% dos professores e técnicos tem interesse em saber onde são aplicados os impostos. Os alunos do 6º semestre do e do 8º semestre têm em média 80% e 85% de interesse, respectivamente.

GRÁFICO 11 - Perspectiva Interesse – Percentual de interesse dos alunos do 8º semestre



Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados coletados via questionário.

4.3 PERSPECTIVA PARTICIPAÇÃO

Quanto à **perspectiva participação**, depara-se com duas questões que foram elaboradas de modo que fossem bem diretas. Sendo assim, é exposto na questão de número seis o questionamento referente à participação em alguma Audiência Pública, cuja matéria em pauta fosse LDO ou LOA e as opções de resposta eram nenhuma, 1 a 2, 3 a 4, e 5 ou mais.

TABELA 12 - Frequência de participação em Audiência Pública relativa a LDO e LOA

JÁ PARTICIPOU AUD PUB? - (PERSPECTIVA DE PARTICIPAÇÃO)					
GRUPO	NENHUMA	1 a 2	3 a 4	5 ou +	TOTAL
TÉCNICOS	100%	0%	0%	0%	100%
PROF ADMINISTRAÇÃO	83%	17%	0%	0%	100%
PROF CONTABILIDADE	67%	17%	0%	17%	100%
PROF ECONOMIA	83%	17%	0%	0%	100%
AL ADM 6º SEM	100%	0%	0%	0%	100%
AL CONT 6º SEM	100%	0%	0%	0%	100%
AL ECON 6º SEM	82%	18%	0%	0%	100%
AL ADM 8º SEM	100%	0%	0%	0%	100%
AL CONT 8º SEM	95%	5%	0%	0%	100%
AL ECON 8º SEM	90%	10%	0%	0%	100%

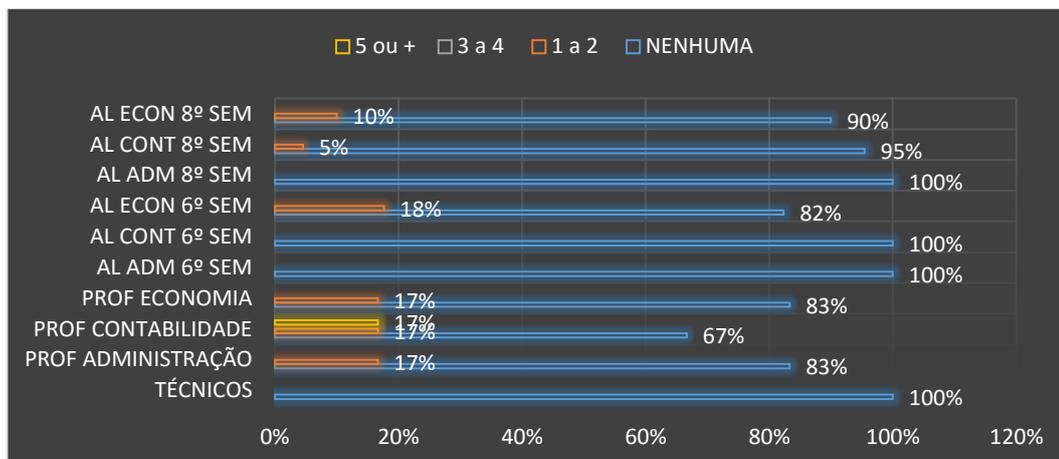
Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados coletados via questionário.

Coletou-se que 100% dos respondentes que pertenciam aos grupos alunos de administração (6º e 8º semestre), alunos do 6º semestre de contabilidade e técnicos nunca haviam participado. Em média 86% dos alunos de economia e 95% dos alunos do 8º semestre de contabilidade também nunca participaram.

Já os professores apresentaram em média 78% de indivíduos que nunca presenciaram uma Audiência Pública.

Os dados revelam que todos os grupos demonstram falta de participação, seja ele em sua totalidade ou numa parcela próxima da totalidade, conforme tabela 12 e o gráfico 12, para melhor compreensão dos resultados da sexta questão.

GRÁFICO 12 - Perspectiva Participação – Percentual de participação em audiência pública sobre LDO ou LOA



Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados coletados via questionário.

A oitava questão traz o assunto relativo à participação em alguma associação de representação de bairro como representante, associação de moradores, conselho ou algo do tipo. Seguindo o padrão de resposta objetiva, SIM para participante ou NÃO para não participante.

TABELA 13 - Percentual de indivíduos que participam de algum tipo de representação de bairro

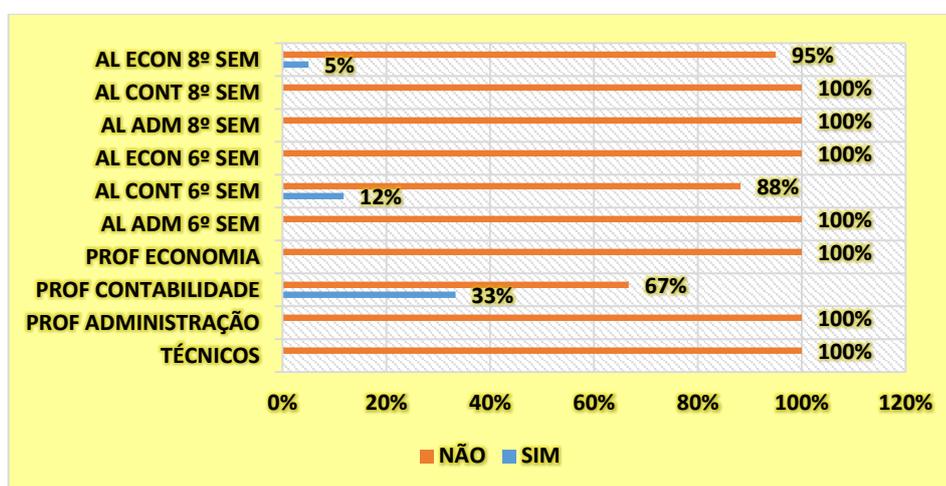
PARTICIPA DE REPRESENTATIVIDADE DO BAIRRO? (PERSPECTIVA DE PARTICIPAÇÃO)			
GRUPO	SIM	NÃO	TOTAL
TÉCNICOS	0%	100%	100%
PROF ADMINISTRAÇÃO	0%	100%	100%
PROF CONTABILIDADE	33%	67%	100%
PROF ECONOMIA	0%	100%	100%
AL ADM 6º SEM	0%	100%	100%
AL CONT 6º SEM	12%	88%	100%
AL ECON 6º SEM	0%	100%	100%
AL ADM 8º SEM	0%	100%	100%
AL CONT 8º SEM	0%	100%	100%
AL ECON 8º SEM	5%	95%	100%

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados coletados via questionário.

Com isso, foi verificado que 33% do subgrupo (professores de contabilidade), 12% do subgrupo (alunos do 6º semestre de contabilidade) e 5% do subgrupo (alunos do 8º semestre de economia) participam de algum modelo de representação de bairro. Logo, o complemento dessas porcentagens, 67% do subgrupo (professores de contabilidade), 88% do subgrupo (alunos do 6º semestre de contabilidade) e 95% do subgrupo (alunos do 8º semestre de economia) não participam do processo de representação de bairro.

Os demais grupos e subgrupos (técnicos, professores de economia, professores de administração, alunos do 6º semestre de administração e economia e alunos do 8º semestre de administração e contabilidade) apresentaram 100% de não participantes do processo de representação de bairro. Assim sendo, percebe-se que ocorre uma falta de interesse participativo desses cidadãos para com a gestão pública municipal, haja vista que esse aparelho representativo pode ser de grande utilidade naquilo que se refere à fiscalização e aplicação de recursos públicos. Corroborando essa interpretação é exposto a tabela 13 e o gráfico 13 para melhor visualização da análise.

GRÁFICO 13 - Perspectiva Participação – Percentual de participação em alguma instituição de representatividade de bairro



Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados coletados via questionário.

4.4 PERSPECTIVA PERCEPÇÃO

Terminando a análise do presente trabalho é mostrado sete pares de questões que vão do número 11 a 24, sendo que as questões de número ímpar faz questionamentos para verificar se o respondente já ouviu ou não falar de determinada legislação, ou seja, sabe da existência de uma base legal, enquanto que as questões de número par aborda quanto ao nível de conhecimento a respeito do conteúdo da mesma legislação e todas direcionadas à **perspectiva percepção** da legislação, que dá o devido amparo legal e determina como o Administrador Público deve proceder no tocante a gestão fiscal dos entes da federação.

As respostas aos questionamentos também são bem fechadas, ou seja, possibilitando que o pesquisado responda sim ou não nas questões (ímpares) para dizer se conhece ou não a legislação; e, nenhum, baixo, médio e alto nas questões (pares) para informar o nível de conhecimento a respeito do conteúdo daquela legislação específica.

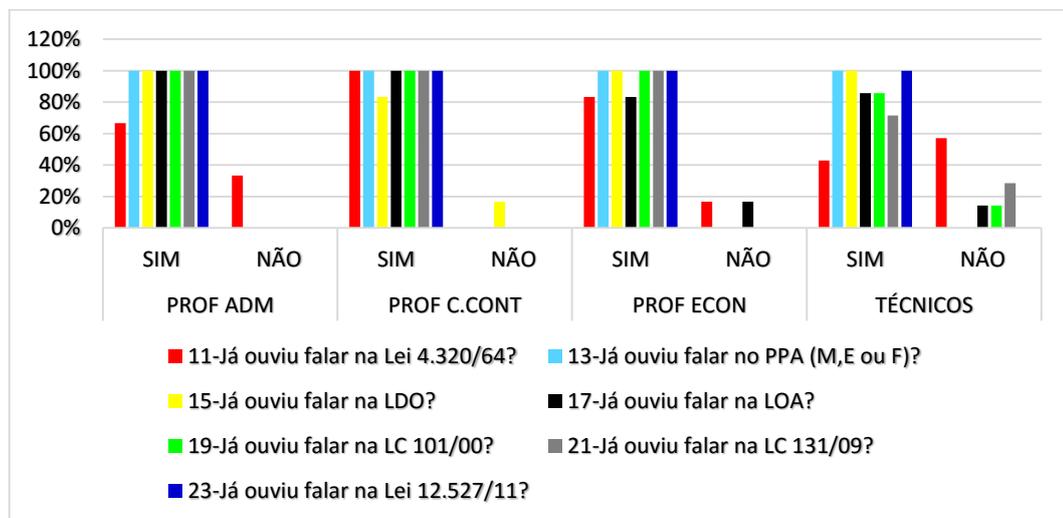
TABELA 14 - Percentual de conhecimento sobre a existência da legislação do grupo de professores e técnicos

GRUPO DOS PROFESSORES E TÉCNICOS - (PERSPECTIVA DE PERCEPÇÃO)								
QUESTÃO	PROF ADM		PROF CONT		PROF ECON		TÉCNICOS	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
11-Já ouviu falar na Lei 4.320/64?	67%	33%	100%	0%	83%	17%	43%	57%
13-Já ouviu falar no PPA (M,E ou F)?	100%	0%	100%	0%	100%	0%	100%	0%
15-Já ouviu falar na LDO?	100%	0%	83%	17%	100%	0%	100%	0%
17-Já ouviu falar na LOA?	100%	0%	100%	0%	83%	17%	86%	14%
19-Já ouviu falar na LC 101/00?	100%	0%	100%	0%	100%	0%	86%	14%
21-Já ouviu falar na LC 131/09?	100%	0%	100%	0%	100%	0%	71%	29%
23-Já ouviu falar na Lei 12.527/11?	100%	0%	100%	0%	100%	0%	100%	0%

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados coletados via questionário.

Assim sendo, é trazido os questionamentos referentes à Lei 4.320/64, PPA, LDO, LOA, LC 101/00, LC 131/09 e Lei 12.527/11 relacionados ao fato de ter ciência da existência dessas legislações. É verificado no gráfico dos professores e técnicos um percentual médio acima de 70% de respostas optando pelo SIM. Logo, pode-se afirmar que eles têm ciência da existência da legislação. Cabe abrir uma ressalva na questão sobre a Lei 4.320/64 em que apenas 43% dos técnicos disseram saber da existência da lei. Conforme tabela 14 e gráfico 14.

GRÁFICO 14 - Perspectiva Percepção – Percentual de percepção de professores e técnicos em relação às legislações envolvida na gestão fiscal



Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados coletados via questionário.

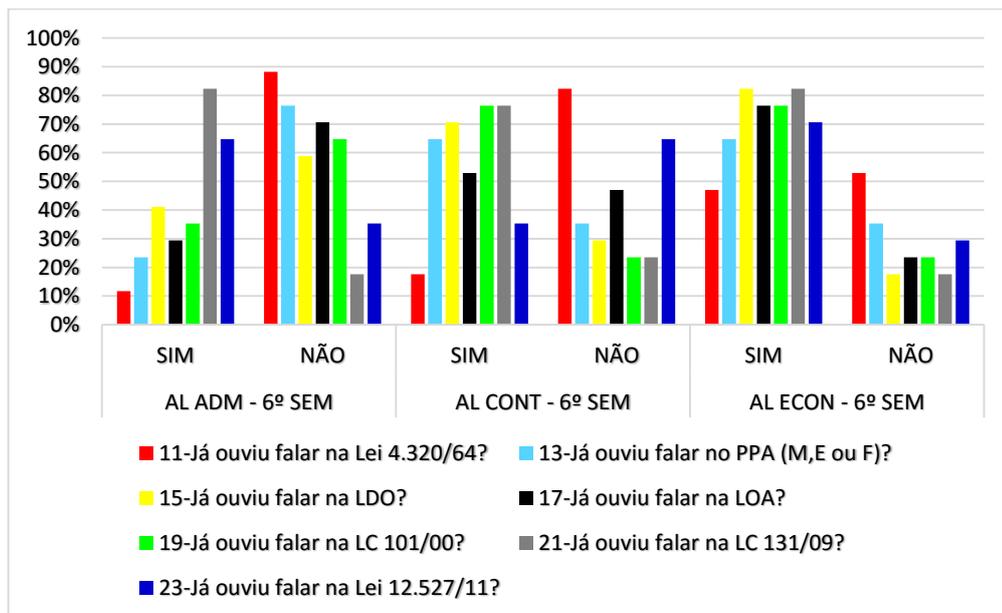
Quanto ao grupo de alunos, tem-se que o subgrupo de alunos do 6º semestre de administração obteve baixo percentual quando questionados sobre a existência da Lei 4.320/64, PPA, LDO, LOA e LC 101/00, mas quando foi perguntado sobre a LC 131/09 e Lei 12.527/11 obteve-se 82% e 65%, respectivamente, de respostas indicando ter ciência da existência destas leis.

Já os alunos do 6º semestre de contabilidade apresentaram um baixo percentual quando questionados sobre a existência da Lei 4.320/64 e Lei 12.527/11, 18% e 35% respectivamente. Portanto, nas demais legislações em foco demonstraram um percentual médio acima de 68%, indicando que sabem da existência das mesmas.

Enquanto que, os alunos do 6º semestre de economia se destacaram dos dois subgrupos anteriores, pois alcançaram uma média percentual acima de 70% de resposta que dizem ter ciência da existência das legislações, exceto sobre a Lei 4.320/64, na qual o percentual alcançado foi de 47%.

Conclui-se então, que no subgrupo dos alunos do 6º semestre de administração recomenda-se melhorar a percepção sobre a existência da legislação. Contudo, no geral há uma percepção mediana acerca da existência da legislação entre os subgrupos, mas encontra-se uma deficiência quando se trata da Lei 4.320/64 como pode ser visualizado no gráfico 15 a seguir.

GRÁFICO 15 - Perspectiva Percepção – Percentual de percepção dos alunos do 6º semestre em relação às legislações envolvida na gestão fiscal



Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados coletados via questionário.

Olhando agora para o subgrupo de alunos do 8º semestre, nota-se nos de administração que o percentual é menor que 36% quando questionados sobre a existência da Lei 4.320/64, PPA e LOA, e quando perguntado sobre a LDO, LC 101/00, LC 131/09 e Lei 12.527/11 obteve-se 55%, 55%, 64% e 55%, respectivamente, de respostas indicando ter ciência da existência destas leis.

Analisando os alunos do 8º semestre de contabilidade chegou-se a um resultado percentual acima de 90% quando questionados sobre a existência de todas as leis que são objeto dos questionamentos deste trabalho, com exceção à Lei 12.527/11 que teve um retorno percentual de 77% dos respondentes dizendo ter ciência da existência desta lei.

Terminando a análise nesse grupo, obteve-se que os alunos do 8º semestre de economia alcançaram um percentual de 30% sobre a existência da Lei 4.320/64 e 50% sobre o PPA, em se tratando de LDO, LOA, LC 101/00, LC 131/09 e Lei 12.527/11 os resultados percentuais sobre ter noção da existência da legislação melhoram de maneira que chegam a 90%, 75%, 85%, 80% e 80% respectivamente. A tabela 15 auxilia a compreensão da análise dos alunos do 6º e 8º semestre.

TABELA 15 - Percentual de conhecimento sobre a existência da legislação - grupo de alunos

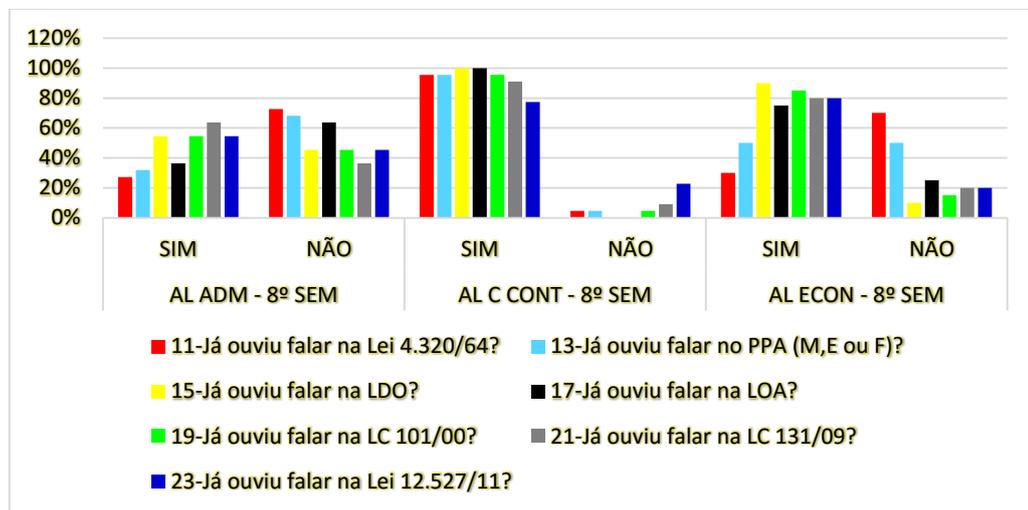
GRUPO DE ALUNOS DO 6º SEMESTRE - (PERSPECTIVA DE PERCEPÇÃO)						
QUESTÃO	AL ADM - 6º SEM		AL CONT - 6º SEM		AL ECON - 6º SEM	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
11-Já ouviu falar na Lei 4.320/64?	12%	88%	18%	82%	47%	53%
13-Já ouviu falar no PPA (M,E ou F)?	24%	76%	65%	35%	65%	35%
15-Já ouviu falar na LDO?	41%	59%	71%	29%	82%	18%
17-Já ouviu falar na LOA?	29%	71%	53%	47%	76%	24%
19-Já ouviu falar na LC 101/00?	35%	65%	76%	24%	76%	24%
21-Já ouviu falar na LC 131/09?	82%	18%	76%	24%	82%	18%
23-Já ouviu falar na Lei 12.527/11?	65%	35%	35%	65%	71%	29%
GRUPO DE ALUNOS DO 8º SEMESTRE - (PERSPECTIVA DE PERCEPÇÃO)						
QUESTÃO	AL ADM - 8º SEM		AL CONT - 8º SEM		AL ECON - 8º SEM	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
11-Já ouviu falar na Lei 4.320/64?	27%	73%	95%	5%	30%	70%
13-Já ouviu falar no PPA (M,E ou F)?	32%	68%	95%	5%	50%	50%
15-Já ouviu falar na LDO?	55%	45%	100%	0%	90%	10%
17-Já ouviu falar na LOA?	36%	64%	100%	0%	75%	25%
19-Já ouviu falar na LC 101/00?	55%	45%	95%	5%	85%	15%
21-Já ouviu falar na LC 131/09?	64%	36%	91%	9%	80%	20%
23-Já ouviu falar na Lei 12.527/11?	55%	45%	77%	23%	80%	20%

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados coletados via questionário.

A análise dos três parágrafos acima fecha a discussão sobre a percepção da existência da legislação, permitindo concluir que os alunos do 8º semestre de contabilidade obtiveram uma melhora percentual considerável de percepção sobre a existência da legislação, quando comparados com os alunos do 6º e 8º semestre dos cursos de economia e administração.

Verifica-se também, uma melhora em relação ao 6º semestre de contabilidade além de ser o único subgrupo de alunos, dos seis que estiveram sob estudo, a alcançar mais de 76% em todas as percepções sobre as legislações abordadas. O gráfico 16 ilustra a situação dos alunos do 8º semestre

GRÁFICO 16 - Perspectiva Percepção – Percentual de percepção dos alunos do 8º semestre em relação às legislações envolvida na gestão fiscal



Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados coletados via questionário.

Começa agora a análise dos questionamentos a respeito da percepção quanto ao nível de conhecimento do conteúdo da legislação, como foi dito anteriormente, esse assunto é abordado pelas questões de número par a partir da questão doze e fornece ao respondente as seguintes opções de resposta: NENHUM, BAIXO, MÉDIO ou ALTO.

TABELA 16 - Percentual do nível de conhecimento dos grupos sobre o conteúdo das leis, questões de Nº 12, 14 e 16

QUAL NÍVEL DE CONHECIMENTO A RESPEITO DO CONTEÚDO DA LEI 4.320/64? (PERSPECTIVA DE PERCEPÇÃO)					
GRUPOS	NENHUM	BAIXO	MÉDIO	ALTO	TOTAL
TÉCNICOS	57%	43%	0%	0%	100%
PROF ADMINISTRAÇÃO	33%	50%	17%	0%	100%
PROF CONTABILIDADE	0%	33%	17%	50%	100%
PROF ECONOMIA	0%	67%	33%	0%	100%
AL ADM 6º SEM	71%	18%	12%	0%	100%
AL CONT 6º SEM	65%	35%	0%	0%	100%
AL ECON 6º SEM	65%	24%	12%	0%	100%
AL ADM 8º SEM	50%	32%	18%	0%	100%
AL CONT 8º SEM	0%	32%	64%	5%	100%
AL ECON 8º SEM	50%	45%	5%	0%	100%
QUAL NÍVEL DE CONHECIMENTO A RESPEITO DO CONTEÚDO DO PPA? (PERSPECTIVA DE PERCEPÇÃO)					
GRUPOS	NENHUM	BAIXO	MÉDIO	ALTO	TOTAL
TÉCNICOS	14%	57%	29%	0%	100%
PROF ADMINISTRAÇÃO	0%	50%	33%	17%	100%
PROF CONTABILIDADE	0%	33%	17%	50%	100%
PROF ECONOMIA	0%	33%	33%	33%	100%
AL ADM 6º SEM	71%	12%	12%	6%	100%
AL CONT 6º SEM	35%	59%	6%	0%	100%
AL ECON 6º SEM	41%	41%	12%	6%	100%
AL ADM 8º SEM	55%	32%	14%	0%	100%
AL CONT 8º SEM	0%	27%	73%	0%	100%
AL ECON 8º SEM	45%	50%	5%	0%	100%
QUAL NÍVEL DE CONHECIMENTO A RESPEITO DO CONTEÚDO DA LDO? (PERSPECTIVA DE PERCEPÇÃO)					
GRUPOS	NENHUM	BAIXO	MÉDIO	ALTO	TOTAL
TÉCNICOS	0%	86%	14%	0%	100%
PROF ADMINISTRAÇÃO	0%	67%	33%	0%	100%
PROF CONTABILIDADE	0%	33%	17%	50%	100%
PROF ECONOMIA	0%	17%	67%	17%	100%
AL ADM 6º SEM	65%	24%	6%	6%	100%
AL CONT 6º SEM	47%	41%	12%	0%	100%
AL ECON 6º SEM	47%	35%	12%	6%	100%
AL ADM 8º SEM	41%	45%	14%	0%	100%
AL CONT 8º SEM	0%	23%	77%	0%	100%
AL ECON 8º SEM	15%	45%	35%	5%	100%

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados coletados via questionário.

Iniciando pela Lei 4.4320/64 é percebido no grupo dos técnicos que a sua maioria, 57% não tem NENHUM conhecimento e os 43% restantes possuem um BAIXO nível de conhecimento sobre o conteúdo da Lei. No subgrupo dos professores de administração foi

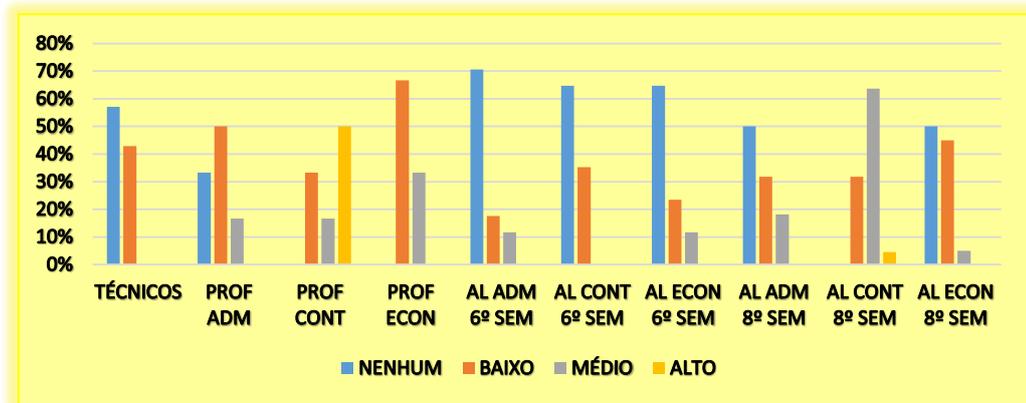
identificado que 33% não tem NENHUM, 50% tem BAIXO e 17% tem MÉDIO nível de conhecimento sobre o conteúdo da Lei. Quanto ao subgrupo dos professores de contabilidade chegou-se ao resultado de que 33% tem BAIXO, 17% tem MÉDIO e 50% possui um ALTO nível de conhecimento sobre o conteúdo da Lei. Analisando o subgrupo dos professores de economia chega-se a um percentual de 67% com BAIXO e 33% com MÉDIO nível de conhecimento sobre o conteúdo da Lei.

Já na análise do grupo de alunos tem-se que no subgrupo dos alunos do 6º semestre de administração 71% não tem NENHUM nível de conhecimento sobre o conteúdo da Lei, 18% tem BAIXO e os 12% restantes possuem um MÉDIO nível de conhecimento; o subgrupo dos alunos do 6º semestre de contabilidade apresentam que 65% não tem NENHUM nível de conhecimento e 35% tem BAIXO nível de conhecimento sobre o conteúdo da Lei; já o subgrupo dos alunos do 6º semestre de economia mostram que 65% não tem NENHUM, 24% tem BAIXO e 11% possui um MÉDIO nível de conhecimento sobre o conteúdo da Lei.

Analisando os alunos do 8º semestre de administração é obtido que 50% não tem NENHUM, 32% tem BAIXO e 18% possui um MÉDIO nível de conhecimento sobre o conteúdo da Lei; olhando os de contabilidade tem-se 32% com BAIXO conhecimento, 64% tem MÉDIO conhecimento e 4% de indivíduos obteve ALTO nível de conhecimento sobre o conteúdo da Lei; e quanto aos alunos de economia verifica-se que 50% não tem NENHUM, 45% tem BAIXO e 5% tem MÉDIO nível de conhecimento sobre o conteúdo da Lei.

Com base na tabela 16, no gráfico 17 e nas discussões anteriores é concluído que o percentual de conhecimento acerca do conteúdo desta Lei é baixo entre os técnicos e professores, exceto os professores de contabilidade quem detém 50% dos elementos pesquisados com alto nível de conhecimento do conteúdo da Lei; quanto aos alunos do 6º e 8º semestre possuem quase nenhum conhecimento acerca do conteúdo da legislação, porém, os alunos do 8º semestre de contabilidade se destacam por ter 64% dos indivíduos com médio nível de conhecimento a respeito do conteúdo desta lei.

GRÁFICO 17 - Perspectiva Percepção – Percentual de percepção sobre o conteúdo da Lei 4.320/64



Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados coletados via questionário.

Passando ao PPA é diagnosticado no grupo dos técnicos que 14% não tem NENHUM conhecimento, 57% possuem um BAIXO nível de conhecimento sobre o conteúdo da Lei e 29% tem MÉDIO conhecimento. No subgrupo dos professores de administração foi identificado que 50% tem MÉDIO, 33% tem BAIXO e 17% tem ALTO nível de conhecimento sobre o conteúdo da Lei. Quanto ao subgrupo dos professores de contabilidade chegou-se ao resultado de que 33% tem BAIXO, 17% tem MÉDIO e 50% possui um ALTO nível de conhecimento sobre o conteúdo da Lei. Analisando o subgrupo dos professores de economia chega-se a um percentual de 33% com BAIXO, 33% com MÉDIO e 33% com ALTO nível de conhecimento sobre o conteúdo da Lei.

Já na análise do grupo de alunos tem-se que no subgrupo dos alunos do 6º semestre de administração 71% não tem NENHUM nível de conhecimento sobre o conteúdo da Lei, 12% tem BAIXO, 12% tem MÉDIO e os 5% restantes possuem um ALTO nível de conhecimento; o subgrupo dos alunos do 6º semestre de contabilidade apresentam que 35% não tem NENHUM nível de conhecimento, 59% tem BAIXO nível de conhecimento sobre o conteúdo da Lei e 6% tem ALTO conhecimento; já o subgrupo dos alunos do 6º semestre de economia mostram que 41% não tem NENHUM, 41% tem BAIXO, 12% possui MÉDIO, e 6% tem um ALTO nível de conhecimento sobre o conteúdo da Lei.

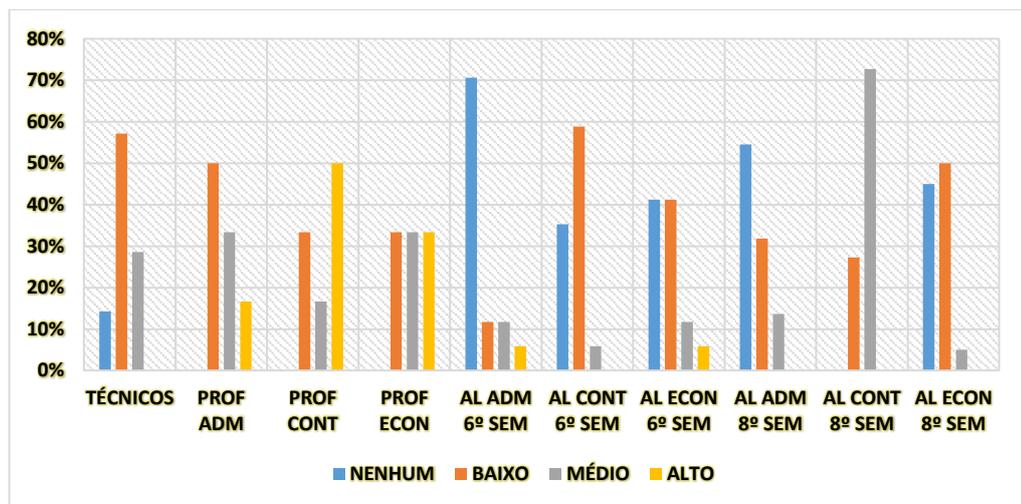
Analisando os alunos do 8º semestre de administração é obtido que 55% não tem NENHUM, 32% tem BAIXO e 14% possui um MÉDIO nível de conhecimento sobre o conteúdo da Lei; olhando os de contabilidade tem-se 27% com BAIXO conhecimento e 73% obteve um MÉDIO nível de conhecimento sobre o conteúdo da Lei; e quanto aos alunos de

economia verifica-se que 45% não tem NENHUM, 50% tem BAIXO e 5% tem MÉDIO nível de conhecimento sobre o conteúdo da Lei.

Conclui-se nessa etapa de discussões, como pode ser visto na tabela 16 e no gráfico 18, que a maioria dos técnicos bem como dos professores de administração obtêm um baixo nível de conhecimento a respeito do PPA, enquanto que os professores de economia se encontram em uma média de 33% entre o nível baixo, médio e alto de conhecimento. Destaca-se os professores de contabilidade haja vista que 50% deles alcançaram um nível ALTO de conhecimento sobre o conteúdo dessa lei.

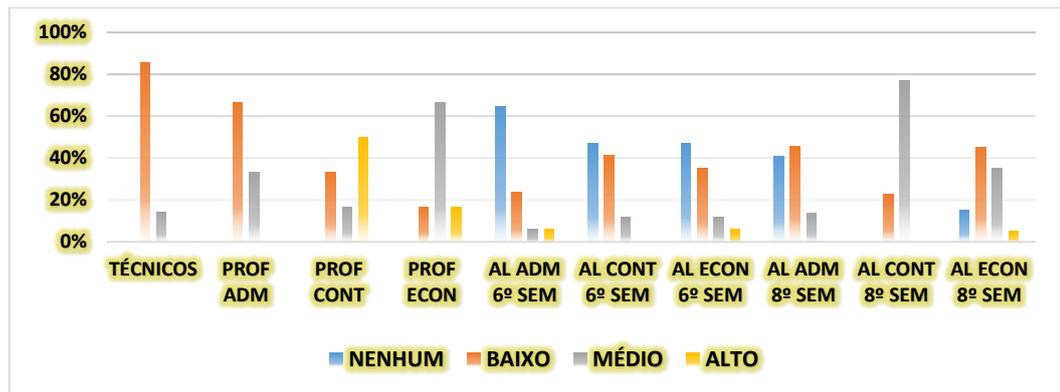
Em se tratando dos alunos é identificado que a maioria deles possuem nenhum conhecimento ou então baixo nível conhecimento sobre o conteúdo desta lei, com exceção ao subgrupo de alunos do 8º semestre de contabilidade que são possuidores de um nível MÉDIO de conhecimento sobre o conteúdo desta lei, alcançando 73% dos indivíduos.

GRÁFICO 18 - Perspectiva Percepção – Percentual de percepção sobre o conteúdo do PPA



Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados coletados via questionário.

A respeito da LDO nota-se que entre os técnicos e professores de administração existe baixo nível de conhecimento do conteúdo desta lei, ao analisar os professores de contabilidade é verificado que este subgrupo se destaca dentre os outros por possuir metade (50%) dos indivíduos com nível de conhecimento ALTO, como pode ser percebido visualizando o gráfico 19.

GRÁFICO 19 - Perspectiva Percepção – Percentual de percepção sobre o conteúdo da LDO

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados coletados via questionário.

Abordando o grupo de alunos chegou-se ao resultado de que os subgrupos do 6º semestre mantém um percentual médio de 53% de questionados que não possuem NENHUM conhecimento acerca desse texto legal, quanto aos subgrupos do 8º semestre os alunos de contabilidade alcançaram um nível MÉDIO de conhecimento em 77% dos pesquisados, enquanto que os alunos de administração e economia chegaram a um percentual de 45% dos indivíduos com BAIXO nível de conhecimento.

TABELA 17 - Percentual do nível de conhecimento dos grupos sobre o conteúdo das leis, questões de N° 18, 20 e 22

QUAL NÍVEL DE CONHECIMENTO A RESPEITO DO CONTEÚDO DA LOA? (PERSPECTIVA DE PERCEPÇÃO)					
GRUPOS	NENHUM	BAIXO	MÉDIO	ALTO	TOTAL
TÉCNICOS	29%	57%	14%	0%	100%
PROF ADMINISTRAÇÃO	0%	33%	67%	0%	100%
PROF CONTABILIDADE	0%	17%	33%	50%	100%
PROF ECONOMIA	17%	33%	50%	0%	100%
AL ADM 6º SEM	65%	24%	6%	6%	100%
AL CONT 6º SEM	53%	41%	6%	0%	100%
AL ECON 6º SEM	35%	47%	12%	6%	100%
AL ADM 8º SEM	55%	36%	9%	0%	100%
AL CONT 8º SEM	0%	32%	68%	0%	100%
AL ECON 8º SEM	35%	60%	5%	0%	100%

QUAL NÍVEL DE CONHECIMENTO A RESPEITO DO CONTEÚDO DA LC 101/00? (PERSPECTIVA DE PERCEPÇÃO)					
GRUPOS	NENHUM	BAIXO	MÉDIO	ALTO	TOTAL
TÉCNICOS	14%	71%	14%	0%	100%
PROF ADMINISTRAÇÃO	0%	33%	67%	0%	100%
PROF CONTABILIDADE	0%	17%	33%	50%	100%
PROF ECONOMIA	0%	33%	50%	17%	100%
AL ADM 6º SEM	59%	29%	12%	0%	100%
AL CONT 6º SEM	24%	59%	18%	0%	100%
AL ECON 6º SEM	29%	53%	18%	0%	100%
AL ADM 8º SEM	50%	27%	23%	0%	100%
AL CONT 8º SEM	0%	50%	50%	0%	100%
AL ECON 8º SEM	25%	50%	20%	5%	100%

QUAL NÍVEL DE CONHECIMENTO A RESPEITO DO CONTEÚDO DA LC 131/09? (PERSPECTIVA DE PERCEPÇÃO)					
GRUPOS	NENHUM	BAIXO	MÉDIO	ALTO	TOTAL
TÉCNICOS	43%	57%	0%	0%	100%
PROF ADMINISTRAÇÃO	0%	33%	67%	0%	100%
PROF CONTABILIDADE	0%	33%	33%	33%	100%
PROF ECONOMIA	0%	33%	67%	0%	100%
AL ADM 6º SEM	29%	53%	12%	6%	100%
AL CONT 6º SEM	24%	53%	24%	0%	100%
AL ECON 6º SEM	18%	53%	29%	0%	100%
AL ADM 8º SEM	45%	27%	23%	5%	100%
AL CONT 8º SEM	5%	50%	41%	5%	100%
AL ECON 8º SEM	20%	55%	20%	5%	100%

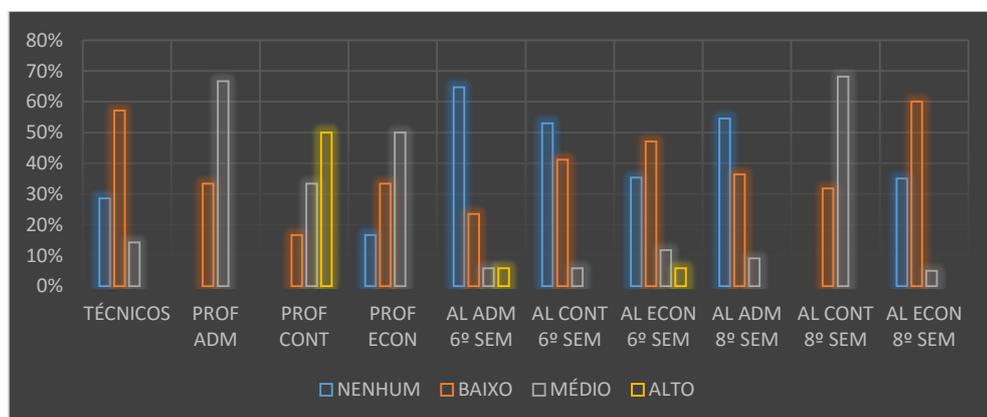
Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados coletados via questionário.

A tabela 17, e o gráfico 20, representam os resultados encontrados, logo, ao fazer uma análise encontra-se que o grupo dos técnicos tem BAIXO nível de conhecimento acerca do texto da LOA. Já o grupo dos professores apresenta um nível MÉDIO de conhecimento para professores de administração e economia e um ALTO nível de conhecimento sobre o conteúdo da lei entre os professores de contabilidade.

Observando o grupo dos alunos, é percebido que o subgrupo do 6º semestre de economia possui a maioria percentual de indivíduos com BAIXO nível de conhecimento, enquanto que os alunos de administração e contabilidade obtêm o maior percentual de indivíduos com NENHUM nível de conhecimento sobre o conteúdo da LOA.

No que concerne aos alunos do 8º semestre se destacou os de contabilidade que alcançou 68% de seus integrantes com um nível MÉDIO de conhecimento, os de economia chegaram a 60% dos alunos com BAIXO nível de conhecimento e os alunos de administração obtiveram 55% dos respondentes com NENHUM nível de conhecimento a respeito do conteúdo desta Lei.

GRÁFICO 20 - Perspectiva Percepção – Percentual de percepção sobre o conteúdo da LOA

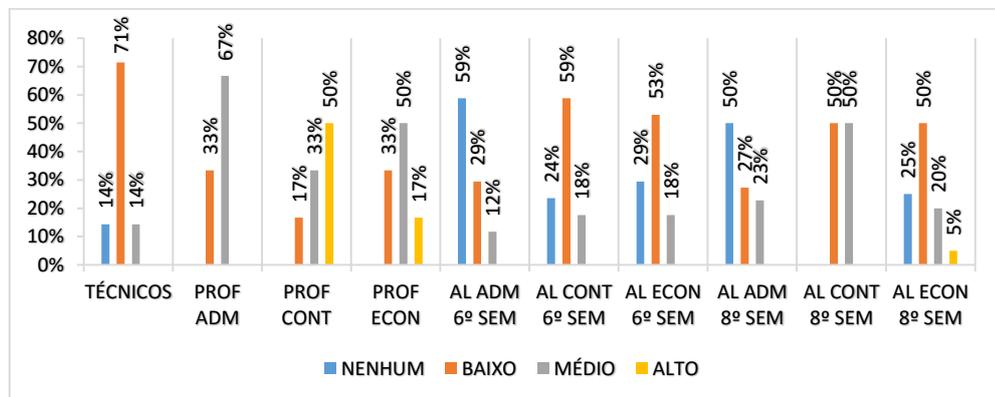


Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados coletados via questionário.

Chega-se aqui a uma visão sobre o conhecimento do conteúdo da Lei de Responsabilidade Fiscal, iniciando pelo grupo de técnicos, os quais, possuem 71% de indivíduos com um BAIXO nível de conhecimento sobre esta lei, olhando para o grupo dos professores se pode concluir que os de administração e economia são possuidores de um nível MÉDIO de conhecimento, enquanto que os de contabilidade possuem ALTO nível de conhecimento sobre o conteúdo da LC 101/00.

Analisando o grupo dos alunos pode-se perceber que os subgrupos do 6º e 8º semestre de administração, em sua maioria percentual não possuem NENHUM nível de conhecimento; os alunos do 6º semestre de contabilidade e economia, acompanhados do 8º semestre de economia possuem uma média percentual acima de 50% dos que tem BAIXO nível de conhecimento. Já os alunos do 8º semestre de contabilidade se dividem em 50% com BAIXO e 50% com MÉDIO nível de conhecimento acerca do conteúdo desta lei, como pode ser notado no gráfico 21 a seguir e na tabela 17.

GRÁFICO 21 - Perspectiva Percepção – Percentual de percepção sobre o conteúdo da LC 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal)



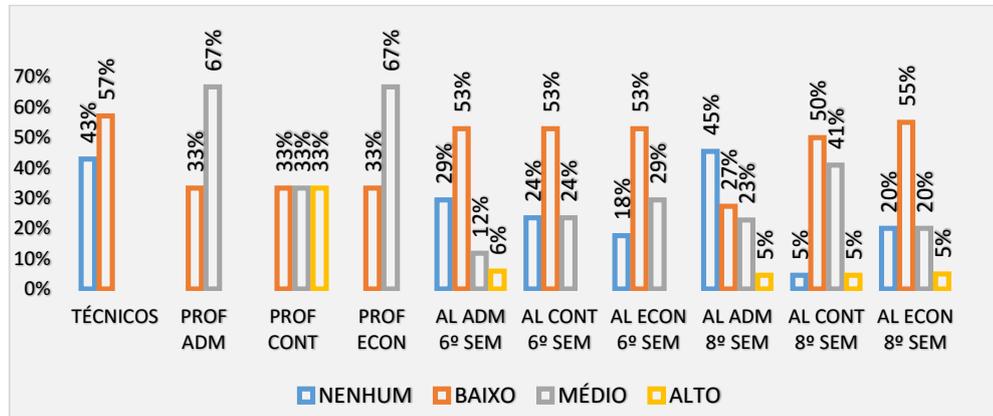
Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados coletados via questionário.

Continuando com a análise é visto que em relação à Lei de Transparência o nível de conhecimento do conteúdo da mesma é considerado baixo no grupo dos técnicos, em se tratando dos professores de administração e economia chega-se a 67% com MÉDIO e 33% com BAIXO nível de conhecimento, já quanto aos professores de contabilidade há uma igualdade percentual de 33% entre os níveis BAIXO, MÉDIO e ALTO de conhecimento sobre o conteúdo desta lei.

Passando a analisar o grupo dos alunos, tem-se que entre os subgrupos do 6º semestre há uma igualdade, pois ambos obtiveram 53% de indivíduos apontando BAIXO nível de conhecimento do conteúdo legal, ao verificar os subgrupos do 8º semestre dos alunos de administração conclui-se que na maioria percentual eles têm NENHUM nível de conhecimento,

e os de economia e contabilidade mostram uma média percentual de 50% com BAIXO nível de conhecimento sobre o conteúdo da lei, conforme pode ser visto na tabela 17 e no gráfico 22.

GRÁFICO 22 - Perspectiva Percepção – Percentual de percepção sobre o conteúdo da LC 131/09 (Lei da Transparência)



Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados coletados via questionário.

Finalizando a análise das percepções, será abordado o nível de conhecimento sobre o texto da Lei de Acesso à Informação. Assim sendo, pode-se dizer com base na tabela 18 e no gráfico 23, que o grupo dos técnicos se divide em duas partes iguais um percentual de 86%, sendo 43% dos seus indivíduos possuidores de BAIXO conhecimento e 43% de MÉDIO nível de conhecimento, os 14% restantes tem NENHUM conhecimento.

Olhando para o grupo de professores tem-se que no subgrupo dos de administração há um nível de conhecimento BAIXO e MÉDIO, sendo que o percentual de cada nível é de 50%; já os de contabilidade possuem percentuais iguais de 33% em cada um dos três níveis de conhecimento BAIXO, MÉDIO e ALTO; e os de economia tem um BAIXO nível de conhecimento em 33% dos indivíduos e 67% com MÉDIO nível de conhecimento do texto legal.

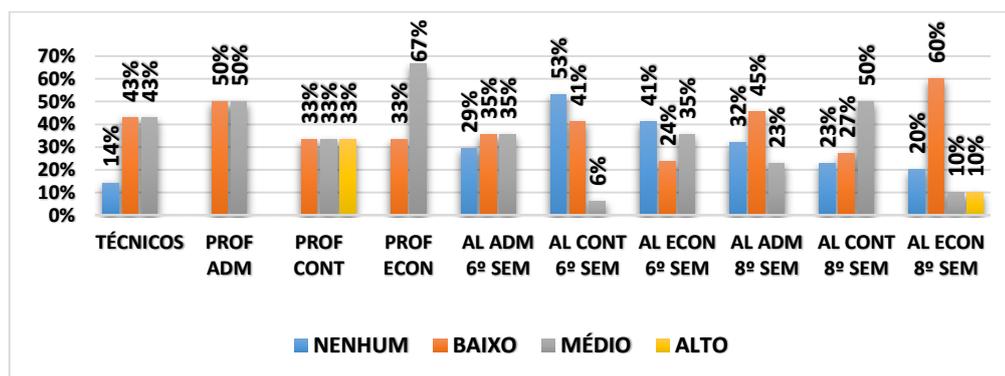
TABELA 18 - Percentual do nível de conhecimento dos grupos sobre o conteúdo das leis, questão de N° 24

QUAL NÍVEL DE CONHECIMENTO A RESPEITO DO CONTEÚDO DA LC 12.527/11? (PERSPECTIVA DE PERCEPÇÃO)					
GRUPOS	NENHUM	BAIXO	MÉDIO	ALTO	TOTAL
TÉCNICOS	14%	43%	43%	0%	100%
PROF ADMINISTRAÇÃO	0%	50%	50%	0%	100%
PROF CONTABILIDADE	0%	33%	33%	33%	100%
PROF ECONOMIA	0%	33%	67%	0%	100%
AL ADM 6º SEM	29%	35%	35%	0%	100%
AL CONT 6º SEM	53%	41%	6%	0%	100%
AL ECON 6º SEM	41%	24%	35%	0%	100%
AL ADM 8º SEM	32%	45%	23%	0%	100%
AL CONT 8º SEM	23%	27%	50%	0%	100%
AL ECON 8º SEM	20%	60%	10%	10%	100%

Fonte: elaborada pelo autor, com base nos dados coletados via questionário.

Por último, observado o grupo de alunos, verificou-se que há pouco conhecimento sobre o teor do conteúdo desta lei, haja vista que o maior percentual alcançado foi dos alunos do 8º semestre de contabilidade, com 50% de indivíduos demonstrando possuir MÉDIO nível de conhecimento; e de economia com 60% indicando ter BAIXO nível de conhecimento acerca do conteúdo desta lei, segue o gráfico 23.

GRÁFICO 23 - Perspectiva Percepção – Percentual de percepção sobre o conteúdo da Lei 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação)



Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados coletados via questionário.

Concluindo o presente trabalho faz-se agora uma breve exposição do que foi observado nesta análise, referente às quatro perspectivas.

Sobre a perspectiva acessibilidade foi observado durante a análise que praticamente todos os indivíduos têm acesso aos meios de informação, portanto, cabe concluir que nos dias de hoje a facilidade ao acesso informacional possibilita a quem assim desejar, a possibilidade

de participar e obter conhecimento acerca de diversos assuntos. Então, não seria diferente para a questão de gestão fiscal.

Analisando a perspectiva interesse verificou-se que não há interesse por parte dos pesquisados em se informar via canais de televisão aberta ou fechada, por assuntos apresentados e discutidos pelos representantes da sociedade nesse ambiente de debates, bem como nota-se uma certa falta de interesse dos pesquisados em saber se no seu bairro possui um conselho, representante ou associação de bairro.

Entretanto, nos demais assuntos questionados, como locais de audiências públicas, locais de exposição das contas públicas e locais de aplicação dos impostos obteve-se alto nível percentual de indivíduos dispostos e interessados em saber ou então já cientes de onde encontrar a informação.

Observando a perspectiva participação que pode se confundir ou ainda melhor se complementar com a perspectiva interesse tendo vista estarem conseqüentemente ligadas. Consolidou-se que não há um processo participativo de fato da comunidade acadêmica, pois apesar de ter havido manifestação de interesse, quando perguntado se havia participação em audiências públicas ou em unidades representativas de bairro o retorno percentual médio de não participantes foi acima de 80%.

Por último, é visto a perspectiva percepção que se desenvolveu em dois pontos distintos. O primeiro procurou identificar se o respondente tinha ciência da existência da legislação que determina os procedimentos legais da gestão fiscal por parte da Administração Pública. Já o segundo ponto levanta a informação do nível de conhecimento que o elemento possui acerca do conteúdo desta legislação.

Quanto à existência da legislação é diagnosticado que entre professores e técnicos há plena consciência dela, mas é válido deixar exposto que há uma carência entre os técnicos no tocante à Lei 4.320/64, haja vista que somente 43% deles alegar ciência sobre a lei. Os alunos do 6º semestre também demonstram carência sobre a existência da legislação e ao passar para alunos do 8º semestre percebe-se que há uma melhora considerável, porém ao se tratando da Lei 4.320/64 o percentual de indicação sobre a existência desta lei é baixo.

Encerrando esta percepção, pode-se indicar que entre o grupo dos professores o nível de conhecimento sobre o conteúdo da legislação encontra-se de BAIXO para MÉDIO entre professores de administração e economia e de MÉDIO para ALTO entre professores de contabilidade. Entre os técnicos o nível de conhecimento sobre o conteúdo da lei está de NENHUM para BAIXO; se tratando dos alunos de administração e economia o nível de conhecimento está de NENHUM para BAIXO, já os alunos de contabilidade do 6º semestre o

conhecimento também está de NENHUM para BAIXO, enquanto que os do 8º semestre demonstram um nível de conhecimento acerca do conteúdo da legislação de BAIXO para MÉDIO.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que foi discutido na análise, pode-se concluir que no universo de pesquisa foi identificado uma deficiência de percepção quanto ao conhecimento acerca da gestão pública por parte dos alunos e técnicos da FACE, no entanto, foi percebido que os professores de administração e economia possuem uma percepção de conhecimento médio sobre assunto, e os professores de contabilidade possuem uma percepção de conhecimento de médio para alto sobre o mesmo.

Porém, quando se trata de participação no processo de aplicação dos recursos, o que se tem de resultado é um percentual elevadíssimo de servidores administrativos, docentes e discentes que não participam desse processo. Isso, tomando por base o levantado na pesquisa quanto à participação em audiências públicas e/ou associações de bairro, onde se valendo do seu conhecimento técnico, poderiam contribuir para uma participação ativa no processo de aplicação e fiscalização dos recursos públicos.

Quanto às limitações deste trabalho, no que se refere à população e amostra teve-se a ideia inicial de trabalhar com 100% da população haja vista que o universo de pesquisa era somente a FACE, mas foi verificada a dificuldade em se conseguir atingir tal percentual devido às variáveis que dificultavam a aplicação do questionário, como poucos alunos em sala, limitação de disponibilidade de horário dos professores, entre outras.

Como oportunidade de pesquisa é indicado ampliar o escopo pesquisado para outras universidades mantendo a mesma linha de cursos, ou seja, Administração, Ciências Contábeis e Economia a fim de obter uma visão mais ampla do contexto e abordar o problema de pesquisa de maneira mais abrangente.

Verificou-se também a oportunidade de se criar um projeto de pesquisa entre a prefeitura de Dourados e os acadêmicos do curso de Ciências Contábeis da FACE, fornecendo assim um maior contato dos alunos com parte prática da Contabilidade Pública e o assunto de Gestão Fiscal Municipal, enriquecendo o currículo acadêmico e motivando a participação da comunidade acadêmica junto à Administração Pública do Município.

Percebeu-se que os alunos, técnicos e professores tem uma percepção boa sobre a temática abordada neste trabalho; entretanto, faz-se necessário uma maior utilização desse conhecimento no dia a dia, ou seja, praticar o conhecimento para que o mesmo se solidifique e contribua para cenários mais favoráveis à nossa sociedade e ao nosso país.

O trabalho possibilitou identificar que há deficiência na percepção de algumas legislações, portanto, é aconselhável outros estudos para determinar necessidades de se implantar novas disciplinas ou acrescentar a matéria às disciplinas já existentes na grade curricular dos cursos. Pode-se também estender a pesquisa aos cidadãos da cidade possibilitando assim, uma análise mais ampla do problema.

6. REFERÊNCIAS

ANDRADEa, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. ed. 10. São Paulo: Atlas, 2010.

ANDRADEb, Nilton de Aquino. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**. ed. 3. São Paulo: Atlas, 2010.

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos. ARRUDA, Daniel Gomes. **Contabilidade Pública: da teoria à prática**. 2. ed rev. e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em: 10 dez 2015.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. **Lei da Responsabilidade Fiscal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp101.htm#art73c> Acesso em: 10 jun. 2015 às 13:01.

BRASIL. Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. **Lei da Transparência**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm> Acesso em: 10 jun. 2015 às 14:15.

BRASIL. **Lei nº. 4.320, de 17 de Março de 1964**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 mar. 1994. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4.320.htm>. Acesso em: 9 abr. 2015.

BRASIL. **Portal da Transparência do Governo Federal**. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/noticias/DetalheNoticia.asp?noticia=225>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

CARNEIRO, Alexandre de Freitas; NETO, José Moreira da Silva; LOCKS, Rosilene; SANTOS, Maria Madalena Alves dos. **Custos na Administração Pública**: revisão focada na publicação de artigos científicos a partir da promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Revista Contemporânea de Contabilidade. Florianópolis, v.9 nº 18, p. 03-22. Jul./dez.2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069v9n18p3/23447>> Acesso em: 14 jun 2015 às 15:58

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Roberto. **Metodologia Científica**. Ed. 6. São Paulo: Pearson, 2007.

CORDEIRO, César. **Era da Transparência**. O Progresso. Dourados, 31 Jul. 2012. Coluna Atenta. Disponível em: <<http://www.progresso.com.br/colunas/cesar-cordeiro/era-da-transparencia>> Acesso em: 30 jun. 2015 às 08:45h.

DOWNING, Douglas. CLARK, Jeffrey. **Estatística aplicada**. ed. 3. São Paulo: Saraiva, 2011.

FERREIRA, Felipe Ramos. COSTA, Fábio Moraes da. **Gerenciamento de resultados e “nova gestão pública”**: evidências nos departamentos governamentais australianos. In: V Congresso ANPCONT Contabilidade para usuários externos. 2011, Vitória. Disponível em: <<http://congressos.anpcont.org.br/congressos-antigos/v/images/282-2.pdf>> Acesso em: 14 maio. 2015 às 15:13.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa**: projetos e relatórios. São Paulo: Loyola, 2003.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública**: teoria e prática. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1993.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 23. ed. São Paulo: Malheiros, 1998.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão Pública**. ed. 2. São Paulo: Saraiva, 2010.

NETO, Orion Augusto Platt; CRUZ, Flávio da; ENSSLIN, Sandra Rolim; ENSSLIN, Leonardo. **Publicidade e Transparência das Contas Públicas**: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira. Revista Contabilidade Vista & Revista. v. 18, n. 1, p. 75-94, jan. / mar. 2007. Disponível em: <<http://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/320>> Acesso em: 30 abr. 2015 às 12:13h.

OLIVEIRA, Mirian; FREITAS, Henrique M.R. **Focus Group – pesquisa qualitativa: resgatando a teoria, instrumentalizando o seu planejamento.** Revista de Administração, São Paulo. V. 33, n. 3, p. 83-91, julho/setembro, 1998.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio et al. **Contabilidade Pública: uma abordagem da administração financeira e pública.** ed. 4. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1995.

PLATT NETO, Orion Augusto. et al. **Publicidade e Transparência das Contas Públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira.** Revista Contabilidade Vista & Revista. v.18, n. 1, p. 75-94, jan./mar. 2007.

QUEIROZ, Dimas Barreto de. et al. **Probabilidade de extrapolação dos limites para gastos com pessoal definidos na lei de responsabilidade fiscal baseada em variáveis relacionadas ao fundeb: um estudo nos municípios paraibanos.** In: V Congresso ANPCONT Contabilidade para usuários externos. 2011, Vitória. Disponível em: <<http://www.anpcont.com.br/site/docs/congressoV/CUE095.pdf>> Acesso em: 20 maio. 2015 às 15:42.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc-Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais.** ed. 2. Lisboa: Gradiva, 1992.

REIS, Aline de Jesus; Reis; SILVA; Selma Leal da Silva. **A história da contabilidade no Brasil.** VI Seminário Estudantil de Produção Acadêmica. Universidade de Salvador. Revista Unifacs. v.11 n. 1. 2007. Disponível em: <<http://revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/view/299>> Acesso em: 08 abr 2015

SANTOS, Izequias Estevam dos. **Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica.** 8 ed. rev. atual. Niterói, Rj: Impetus, 2011.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo.** ed. 7. São Paulo: Atlas, 2004.

SWEENEY, Dennis J. WILLIAMS, Thomas A. ANDERSON, David R. **Estatística aplicada à administração e economia.** e. 6. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

Transparency International. **Um Olhar sobre o índice de percepção da corrupção 2012.** Disponível em: <<http://translate.google.com.br/translate?hl=ptBR&sl=en&u=http://www.transparency.org/&prev=/search%3Fq%3Dtranspar%25C3%25Ancia%2Binternacional%26hl%3DptBR%26tbo%3Dd%26biw%3D1280%26bih%3D678&sa=X&ei=fWPMUKelC4aIQQLHhoGYCg&sqi=2&ved=0CDQQ7gEwAA>> Acesso em: 17 jun. 2015 às 11:55.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO DE VERIFICAÇÃO DA UTILIDADE DA TRANSPARÊNCIA DAS CONTAS PÚBLICAS PARA A COMUNIDADE ACADÊMICA

Agradeço desde já, por dedicar um espaço do seu tempo para responder o presente questionário e colaborar para o desenvolvimento do trabalho. Solicito a gentileza de utilizar-se da maior franqueza e sinceridade possível ao marcar suas respostas, pois a transparência e fidedignidade dos resultados dependem da veracidade das mesmas.

Identificação do estrato

Professor(a) ()
Gênero: M () F ()
Faixa etária: <input type="checkbox"/> até 25 anos <input type="checkbox"/> 26 a 30 anos <input type="checkbox"/> 31 a 35 anos <input type="checkbox"/> 36 a 40 anos <input type="checkbox"/> 41 a 45 anos <input type="checkbox"/> 46 anos em diante
Graduação: <input type="checkbox"/> Administração <input type="checkbox"/> Ciências Contábeis <input type="checkbox"/> Economia <input type="checkbox"/> Outra
Titulação: <input type="checkbox"/> Doutor <input type="checkbox"/> Mestre <input type="checkbox"/> Outra

Técnico(a) ()
Gênero: M () F ()
Faixa etária: <input type="checkbox"/> até 25 anos <input type="checkbox"/> 26 a 30 anos <input type="checkbox"/> 31 a 35 anos <input type="checkbox"/> 36 a 40 anos <input type="checkbox"/> 41 a 45 anos <input type="checkbox"/> 46 anos em diante
Graduação: <input type="checkbox"/> Administração <input type="checkbox"/> Ciências Contábeis <input type="checkbox"/> Economia <input type="checkbox"/> Outra <input type="checkbox"/> Não possui

Acadêmico(a) ()
Gênero: M () F ()
Faixa etária: <input type="checkbox"/> até 25 anos <input type="checkbox"/> 26 a 30 anos <input type="checkbox"/> 31 a 35 anos <input type="checkbox"/> 36 a 40 anos <input type="checkbox"/> 41 a 45 anos <input type="checkbox"/> 46 anos em diante
Curso: <input type="checkbox"/> Administração <input type="checkbox"/> Ciências Contábeis <input type="checkbox"/> Economia
Semestre: 6º () 8º ()

1. O Sr.(a) possui computador em casa? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	2. O Sr.(a) possui acesso à internet? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
3. O Sr.(a) possui TV por assinatura? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	4. O Sr.(a) assiste o canal NBR, TV CÂMARA ou TV SENADO com qual frequência? <input type="checkbox"/> Diariamente <input type="checkbox"/> Mensalmente <input type="checkbox"/> Semanalmente <input type="checkbox"/> Raramente <input type="checkbox"/> Quinzenalmente <input type="checkbox"/> Não assisto
5. O Sr.(a) sabe onde acontece as audiências públicas relativas a LDO e LOA do município? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	6. O Sr.(a) já participou de alguma(s) audiência(s) pública(s) sobre LDO ou LOA? <input type="checkbox"/> nenhuma <input type="checkbox"/> 3 a 4 quatro <input type="checkbox"/> 1 a 2 duas <input type="checkbox"/> 5 ou mais

<p>7. O Sr.(a) sabe se no seu bairro há alguma organização de representatividade do bairro, tal como conselho de bairro, representante de bairro ou algo do tipo?</p> <p>() Há () Não há () Não sei</p>	<p>8. O Sr.(a) participa de alguma organização de representatividade do bairro, tal como conselho de bairro, representante de bairro ou algo do tipo?</p> <p>() Sim () Não</p>
<p>9. O Sr.(a) sabe onde fica disponibilizado as demonstrações dos gastos públicos?</p> <p>() Sim () Não</p>	<p>10. O Sr.(a) tem interesse em saber onde é aplicado os recursos arrecadados dos impostos?</p> <p>() Sim () Não</p>
<p>11. O Sr.(a) já ouviu falar na Lei 4.320/64 (Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos)?</p> <p>() Sim () Não</p>	<p>12. O Sr.(a) considera que se enquadraria em qual nível de conhecimento a respeito do conteúdo da Lei 4.320/64?</p> <p>() nenhum () baixo () médio () alto</p>
<p>13. O Sr.(a) já ouviu falar no Plano Plurianual – PPA (Municipal / Estadual / Federal)?</p> <p>() Sim () Não</p>	<p>14. O Sr.(a) considera que se enquadraria em qual nível de conhecimento a respeito do conteúdo do Plano Plurianual - PPA?</p> <p>() nenhum () baixo () médio () alto</p>
<p>15. O Sr.(a) já ouviu falar na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO?</p> <p>() Sim () Não</p>	<p>16. O Sr.(a) considera que se enquadraria em qual nível de conhecimento a respeito do conteúdo da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO?</p> <p>() nenhum () baixo () médio () alto</p>
<p>17. O Sr.(a) já ouviu falar na Lei de Orçamento Anual - LOA?</p> <p>() Sim () Não</p>	<p>18. O Sr.(a) considera que se enquadraria em qual nível de conhecimento a respeito do conteúdo da Lei de Orçamento Anual - LOA?</p> <p>() nenhum () baixo () médio () alto</p>
<p>19. O Sr.(a) já ouviu falar na LC 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal)?</p> <p>() Sim () Não</p>	<p>20. O Sr.(a) considera que se enquadraria em qual nível de conhecimento a respeito do conteúdo da Lei de Responsabilidade Fiscal?</p> <p>() nenhum () baixo () médio () alto</p>
<p>21. O Sr.(a) já ouviu falar na LC 131/09 (Lei da Transparência)?</p> <p>() Sim () Não</p>	<p>22. O Sr.(a) considera que se enquadraria em qual nível de conhecimento a respeito do conteúdo da Lei da Transparência?</p> <p>() nenhum () baixo () médio () alto</p>
<p>23. O Sr.(a) já ouviu falar na Lei 12.527 (Lei de Acesso a Informação)?</p> <p>() Sim () Não</p>	<p>24. O Sr.(a) considera que se enquadraria em qual nível de conhecimento a respeito do conteúdo da Lei de Acesso a Informação?</p> <p>() nenhum () baixo () médio () alto</p>